

# REVISTA DO ENSINO

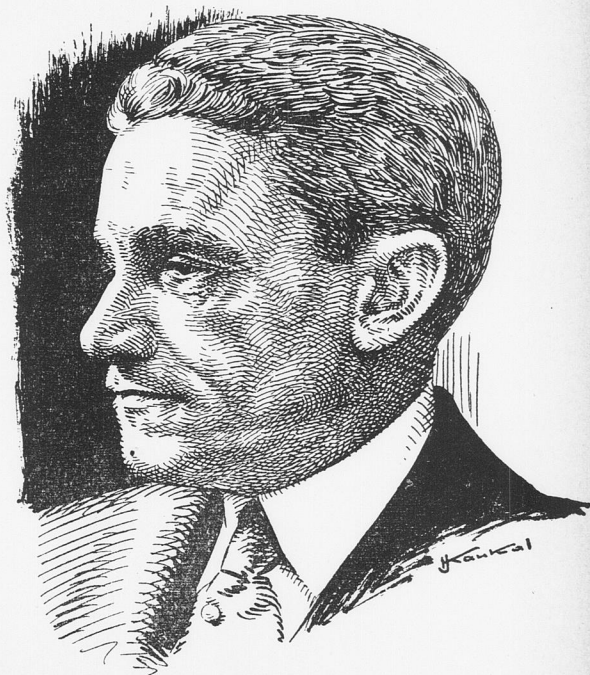
DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO



## SUMÁRIO

**REDAÇÃO:** Organização de classes e contrôle do movimento escolar. — **COLABORAÇÃO:** O aprendizado da Ortografia, *Alcina Lana*. — O ensino da Geografia, *Aramita Alves dos Santos*. — Instantâneos da Escola, *Manuel Casasanta*. — O ambiente escolar e o trabalho da criança, *Marieta Araujo*. — Biblioteca Infantil, alma da Escola Primária. — *Nair Starling*. — **TRANSCRIÇÕES:** A formação de historiadores nos EE. UU., *Alexandre Marchant*. — Como devem falar as nossas crianças, *Dulcie Kanitz Viana*. — O grande confessor de Viena, *Jaime Cardoso*. — **LEGISLAÇÃO ESTADUAL:** Decreto-lei n. 1.666. — Departamento de Educação. — **LEGISLAÇÃO FEDERAL:** Lei Orgânica do Ensino Normal. — Lei Orgânica do Ensino Primário.

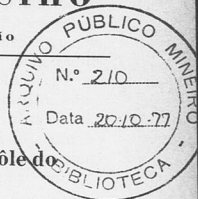
HOMENAGEM DE “REVISTA DO ENSINO”



**Dr. Fernando Melo Viana**  
Presidente da Assembléa Nacional Constituinte

# Revista do Ensino

Da Secretaria da Educação



## Organização de classes e controle do movimento escolar

O Departamento de Educação, compreendendo ser necessário não só expedir instruções para a classificação dos alunos e organização das classes, como também tomar conhecimento do que se faz em cada unidade escolar, e de como e por que assim se faz, elaborou os boletins H (homogeneização), P (pessoal) e M (movimento), os quais apresentamos em miniatura, com as respectivas instruções, em "REVISTA DO ENSINO" de abril p. passado.

**Boletim H** — Por êsse quadro verifica-se como se processou à organização das classes em face das recomendações exaradas nas instruções a respeito, em que medida se fez a seleção dos alunos, e o grau de homogeneidade que alcançaram as turmas. Apanha-se, em conjunto, a composição de cada unidade escolar: — número de classes, matrícula por classe e por ano escolar, sexo, alunos novatos e repetentes em cada ano do curso, tipo das classes, horário, distribuição dos alunos por turnos, como também certas deficiências, tais como escolaridade irregular, número de alunos matriculados no ano anterior e que no corrente ano não voltaram ao estabelecimento, etc.

**Boletim P** — Destina-se à relação do pessoal docente e administrativo, com a indicação da classe que rege ou outras atribuições.

Boletim M — Instituído com o objetivo de se registrar, mensalmente o movimento de cada unidade escolar estadual — matrícula, frequência, eliminações e admissões, aproveitamento dos alunos, assiduidade dos docentes, serviços da caixa escolar e cantina, reuniões do corpo docente, atividades dos clubes, etc.

Preenchidos estes boletins em duas vias — uma é destinada ao inspetor técnico regional e outra ao Departamento de Educação. Neste Departamento, faz-se, então, o estudo da organização e movimento mensal de cada escola, enquanto igual estudo deve ser feito na Inspetoria Regional.

Cabe ao inspetor regional comunicar ao Departamento de Educação o resultado do exame sobre tais boletins, sua impressão, medidas tomadas e recomendações feitas. No D. E., procede-se também ao exame desta comunicação.

No fim do ano tem-se arquivado no D. E. uma documentação completa do trabalho desenvolvido nas escolas primárias do Estado e coligidos em fichas os fatos apurados.

Os diretores de estabelecimentos de ensino e inspetores regionais devem estudar e observar cuidadosamente as instruções do D. E. referentes aos boletins, esmerando-se no sentido de evitar falhas que possam estabelecer dificuldade na posterior apreciação das informações fornecidas ao D. E.

\* \* \*

## PALAVRAS DE MESTRES

*Os elementos fundamentais do processo educativo são, de um lado, um ser imaturo e não evoluído — a criança — e, de outro, certos fins, certas idéias e certos valores sociais representados pela experiência amadurecida no adulto. O processo educativo consiste na adequada interação desses elementos. A concepção das relações entre um e outro, tendente a tornar fácil, livre e completa essa interação é a essência da teoria educativa.*

JOHN DEWEY

## O aprendizado da ortografia

ALCINA LANA

(Da 2.<sup>a</sup> subefévia do D. E.)

*Método* — O aprendizado da ortografia na escola atual difere bastante do mesmo aprendizado na escola antiga, em que era feito através da leitura, sem constituir um estudo sistematizado. Hoje o ensino da ortografia obedece a uma seqüência, devendo ser feito diariamente, em períodos curtos de tempo, adotando-se listas com dificuldades ortográficas, que orientam a professora na classificação e seleção das palavras a serem ensinadas. O treino das palavras só é eficiente quando se mantém rigorosamente dentro do vocabulário infantil. Assim o fim exclusivo do ensino da ortografia é formar a imagem motora automática das palavras do vocabulário da criança.

No ensino da ortografia temos que considerar a ortografia corrente e a gramatical. Chamamos "corrente" a ortografia das palavras escritas isoladamente. Ex: casa, livro, caderno, etc. Chamamos "gramatical" a ortografia das palavras na sentença, dependendo sua forma da relação existente entre elas. Ex: Carlos e João *tem* 2 livros de *história*. Maria ofereceu flores a professora. Muitos *ratinho* estava roendo o queijo.

No ensino da ortografia empregamos dois métodos: um baseado na percepção auditiva, e outro, na percepção visual.

Usamos o primeiro quando há perfeita correspondência entre o som e a escrita da palavra, como — hola, capa,

mamão, etc; e o segundo, quando não há esta correspondência exata, como — crescer, homem, pequeno etc.

Diariamente deve a professora fazer um treino de ortografia na sua classe.

As aulas devem ser curtas, de 7 a 10 minutos no máximo, estudando palavras isoladas de acordo com os grupos de dificuldades ortográficas. Copiar muitas vezes uma palavra máquinamente é exercício que a psicologia educacional reprova, por ser de pouca vantagem para o progresso em ortografia. Um bom processo é atrair a atenção da criança, focalizá-la, fazendo-a ver a palavra escrita, ouvi-la, pronunziá-la, e, por fim, escrevê-la.

*Verificação* — Semanalmente ou quinzenalmente, para medir o automatismo da ortografia das palavras ensinadas, a professora dará um teste.

O controle sistemático da ortografia deve ser feito sobre três processos:

- a) pelo ditado de palavras isoladas;
- b) pelo ditado de pequeno trecho;
- c) pela composição da criança.

A melhor medida, a mais eficaz, é a obtida pela composição, porque dá, realmente, o melhor desenvolvimento ortográfico da criança. Nela poderemos apreciar o automatismo da ortografia, visto que a atenção de quem escreve está inteiramente focalizada no sentido daquilo que escreve.

A verificação pelo ditado também é necessária, porque no ditado podemos incluir determinadas dificuldades ortográficas aprendidas, o que não nos é possível fazer em uma composição. No ditado a atenção fica dividida entre o sentido do trecho e a ortografia corrente das palavras. Usamos, finalmente, a verificação pelo ditado de palavras isoladas, porque esta visa, especialmente, a medir o automatismo da ortografia corrente.

Para ser eficiente um teste de ortografia deve ser elaborado tendo em vista os três processos citados.

Quando as crianças não são ainda capazes de redigir, usam somente o ditado de palavras isoladas e de pequeno trecho ou história.

A professora deve dosar psicologicamente o teste, segundo a capacidade da classe. Poderá ditar umas 15, 20 ou 25 palavras dentro das dificuldades ensinadas e treinadas. Escolherá, de preferência, palavras diferentes das usadas no treino, evitando seqüência de vocábulos da mesma dificuldade por causa da lei da associação (semelhança de sons).

Pode incluir-se maior número de palavras de determinada dificuldade, se se quer verificar melhor a aprendizagem de tal dificuldade, e mesmo incluir palavras estudadas, anteriormente, porque temos a tendência para esquecer o que não repetimos sempre.

Os erros dos testes devem ser submetidos a um *drill* (exercício intensivo das palavras) associando-se outras palavras que apresentam a mesma dificuldade.

Ex: queijo (a criança escreveu "quejo") Ensina-se a ortografia correta desta palavra, associando-a a outras com o mesmo som: queijadinha — queijaria — queimada — queimadura — queima etc.

Nas classes de 1.º ano a verificação deve ser mais freqüente. Depois de ensinar a ortografia de 3 ou 4 palavras, deve fazer-se a verificação. No fim da semana far-se-á a verificação de todas as palavras estudadas durante a mesma.

Para estímulo na aprendizagem os resultados devem ser conhecidos pelos alunos. Para isto, deve fazer-se um gráfico geral com o número de palavras acertadas por aluno, pois é mais psicológico mostrar o lado positivo na aprendizagem, evitando-se o lado negativo.

Seria interessante à professora orientar as crianças na confecção de gráficos individuais, pois eles dão uma visão geral do progresso do aluno no mês.

*Ditado como treino.* Usa-se o ditado para treinar a ortografia gramatical, isto é, ortografia das palavras ligadas em um sentido. Por ex: flexões verbais, crase, plurais em

ão, ães, ões, concordância, flexões de certos substantivos como os casos em il, ol, el etc.

O ditado teve, outrora, muito valor, caiu, depois, como a cópia. Hoje vai adquirindo novo valor que é o de verificação e o de treino de certas capacidades de ortografia.

*Trechos a ditar* — Na escolha dos trechos para o ditado, precisamos observar certos característicos necessários, a fim de se conseguir os objetivos previstos — seja o de verificação, ou de treino. Isto porque se os trechos ditados não forem rigorosamente escolhidos, não servirão nem como medida, nem como treino, pois que outros elementos neles incluídos desvirtuariam sua finalidade, ou por estarem acima da capacidade linguística das crianças, ou da sua compreensão.

Por isso, os trechos devem ser curtos e artísticos, girando em torno de pequena história de assunto interessante. Às vezes podem ser mais longos (não excedendo de 8 a 10 linhas), mas a estrutura das sentenças, bem como as categorias gramaticais devem estar dentro dos casos de linguagem que a criança usa.

Por exemplo, um trecho para o 1.º ano não deve conter pronomes oblíquos (no-la, deu-lh'as etc.) nem flexões verbais difíceis como as do imperativo, subjuntivo e outras. Os verbos e os pronomes incluídos serão os de casos mais comuns e da linguagem corrente: presente, pretérito perfeito e imperfeito do modo indicativo, participio presente e passado, infinito.

Os casos de subjuntivo devem ser treinados depois que a criança tiver certo amadurecimento, ou melhor, no segundo ano.

Devem, ainda, os trechos conter casos de dificuldades ortográficas que se têm em vista no treino ou na verificação.

*Apresentação do trecho:* A lei da predisposição é uma das leis que estimulam em nós o desejo de agir. O problema capital no ensino é, pois, suscitar na criança uma atitude favorável ao trabalho que deve realizar. Quer dizer, provocar uma reação favorável, necessária ao aprendi-

zado. Aprender é reagir a determinada situação. A intenção ou o propósito do indivíduo o predispõe ou indispõe para a ação. Cabe à escola utilizar-se da lei da predisposição para incentivar na criança o desejo de realizar bem o seu trabalho.

Na apresentação do trecho irá a professora predispor as crianças, dizendo algo sobre o mesmo que desperte interesse, desejo de conhecê-lo, escrevê-lo e até de guardá-lo, incluindo-o na coleção de trechos escolhidos. Assim dirá o nome do livro, do autor, salientando o cunho artístico do trecho escolhido.

Ditará por unidades de pensamento, isto é, por porções de sentido, não repetindo palavras, para que as crianças adquiram a capacidade de reter o que ouvem.

Não permitirá perguntas em meio do ditado, avisando de início que quando não ouvirem bem uma palavra, saltem-na.

Recomendará, igualmente, às crianças que não repitam palavras ou frases porque podem prejudicar a seqüência de idéias dos colegas.

A pontuação deve ser dada em todos os casos, porque tem evoluído muito, principalmente na literatura. Pode mesmo, dar-se o ditado com a finalidade de ensinar-se a pontuar.

Terminado o ditado, deverá a professora dar às crianças oportunidade de relê-lo e de corrigir os erros antes de entregá-lo, escrevendo a forma certa nas linhas abaixo.

Comentará, ainda, o ditado com a classe, salientando as expressões bonitas, as melhores estruturas dos períodos, e o vocabulário mais escolhido do mesmo, podendo os alunos copiá-los, em seus caderninhos de "expressões bonitas."

*Correção do ditado* — Para ser eficiente será feita em classe e nunca longe das crianças. Deve ser sugestiva e interessante. Na correção o que favorece é o trabalho da criança. Depois de a professora explicar com clareza quais os erros, cada aluno corrigirá os cometidos, fazendo ela, em seguida, verificação do trabalho.

*Como corrigir o ditado?*

Podem prever-se os erros que certamente aparecerão, pois, sabe-se, de antemão, quais as palavras que apresentam maiores dificuldades no trecho escolhido. Deve, então, indagar-se das crianças como escreveram tais palavras, podendo elas escrevê-las no quadro ou dizê-las por sílabas.

Individualmente a correção seria impossível.

Se o erro for de ortografia gramatical a professora pedirá um exemplo relativo a ele, perguntando por que razão deve ser assim, lembrando a regra gramatical, mas de acôrdo com as possibilidades da compreensão da criança, e conforme o programa da série que cursa. Por exemplo, os erros de crase devem ser explicados alguns no 3.º ano, outros no quarto ano, série em que as crianças devem aprender quando usar a crase e por que usá-la. Em aulas de linguagem tomará esses erros e ensinará a forma correta.

Este é um dos meios para corrigir ditados feitos com o objetivo de treinar a ortografia.

*Ditado como medida:* Vimos que a verificação da aprendizagem da ortografia deve ser feita pelo ditado de palavras isoladas ou de pequeno trecho. A criança escreverá errado ou acertará por acaso sempre que não compreender o sentido do trecho.

Aqui o ditado visa a medir o automatismo da ortografia, corrente e gramatical.

A correção deve ser feita do seguinte modo:

a) nas palavras adquiridas pela percepção visual há sempre um erro apenas — a palavra toda. Cada palavra constitui um erro, pois que se a criança erra é por que a imagem mental não foi bem formada. Houve falha na percepção visual, por falta de atenção, ou de treino suficiente para a aquisição da imagem mental exata. Assim, erros nas palavras crescer — nascer — exemplo, etc.

b) nas palavras adquiridas pela percepção auditiva, marcam-se os erros por sílabas. Haverá, portanto, tantos

erros, quantos forem os sons errados. Ex: capacete (*ga-pa-se-te*) temos 2 erros.

Deverão também, ser anotados os erros de ortografia gramatical, como — o plural das palavras, concordância, flexões verbais.

Os erros de ortografia gramatical serão corrigidos não em aulas de ortografia, mas nas de linguagem, pois são erros de gramática. Em alguns tem-se, às vezes, que esperar o desenvolvimento da criança, o amadurecimento de seu pensamento, para corrigi-los.

O ditado como treino deve ser feito periódicamente.

Como medida para verificação da aprendizagem, será tanto mais freqüente quanto menor for o desenvolvimento da classe.

ALCINA LANA

## PALAVRAS DE MESTRES

*A capacidade humana de aprender, isto é, o poder de reter de uma experiência alguma coisa com que se poderá transformar a experiência futura — é, de sua natureza, indefinida. O homem não aprende por uma necessidade que, satisfeita, faça desaparecer aquela capacidade. Aprender é, muito pelo contrário, uma função permanente do seu organismo, é a atividade pela qual o homem cresce, mesmo quando o seu desenvolvimento biológico de há muito se completou. Essa capacidade de aprender permite uma educação indefinida, um indefinido crescimento. Tal crescimento é naturalmente muito mais visível na infância, onde tem o seu máximo de intensidade, mas nem por isso deixa de perdurar por todo o período da vida*

ANÍSIO TEIXEIRA

*Todos os estudos se subordinam ao crescimento da criança: só têm valor quando servem às necessidades desse crescimento.*

JOHN DEWEY

## O ensino da Geografia

(Demonstração em uma classe de 2.º ano, realizada através de um projeto pedagógico)

ARAMITA ALVES DOS SANTOS

O projeto pedagógico que se segue foi realizado pela professora Aramita Alves dos Santos, com alunos de segundo ano das Classes Anexas à Escola de Aperfeiçoamento. Essa classe era heterogênea e constituída de 38 alunos, sendo todos, no fim do ano, promovidos em geografia e história ao 3.º ano.

Há nessa realização três valores principais que podem ser destacados: 1.º O cuidadoso plano que a professora traçou e executou na realização do seu trabalho, obedecendo, não somente a uma seriação lógica na apresentação dos dados em que baseou o estudo da geografia do Estado, como também, organizando e mantendo, em todo o projeto, a mesma ordem para a aquisição de idéias, sendo estas sempre relacionadas a fatos anteriormente observados ou a experiências com as quais as crianças já contavam. Desse modo, a noção, o conceito geográfico se fixava no momento oportuno, adquirido após uma experiência vivida, ou a uma observação feita pelos próprios alunos. Desse modo, conseguiu a professora, com grande habilidade, fazer com que seus discípulos não só estudassem, mas entendessem a geografia em seus acidentes naturais, seu aspecto administrativo sua relação com a vida do homem, e ainda em seus instrumentos auxiliares, como: plantas, maquetes croquis, mapas, etc.

2.º) A simplicidade de seu processo, constituído de elementos singelos e acessíveis, tornando a sua admirável lição possível de ser ministrada até a uma classe de primeiro ano, pois, em cerca de cinco meses ela foi dada a crianças de sete e meio a oito e meio anos.

3.º) O seu valor como experimentação e não como teoria apenas, e o seu aparecimento como contribuição prática à metodologia da geografia, matéria que tem sido pouco explorada no curso primário e, na maioria dos casos, esquecida nas classes de principiantes. Este esquecimento prejudica o trabalho da professora de segundo ano, que se vê obrigada a desenvolver, no campo da geografia, um programa inacessível às crianças que não possuem experiência da matéria em questão.

Por esses motivos o projeto que se segue, embora tenha dado oportunidade ao estudo de todas as matérias do programa, aqui será considerado somente em sua expressão geográfica.

Depois de serem levadas as crianças, através da conversa, a sentirem a necessidade de conhecer melhor Belo Horizonte, foi organizado o plano que partiu do estudo do prédio escolar.

Este estudo, iniciado em março, foi desenvolvido e ampliado; obedecendo à ordem lógica, que poderá ser observada na exposição deste trabalho, passou por diversas etapas indispensáveis, de maneira que só em agosto, depois que a classe tinha conhecimentos mais seguros do município e dos seus circunvizinhos, foi possível iniciar o estudo de outras cidades, ou melhor — o estudo do Estado de Minas Gerais. Vejamos essa ordem:

1.º) — Visita ao prédio escolar com as crianças. Planta baixa do mesmo, com a localização da sala de aula. Localização do galpão e pátio com a praça de brincadeiras.

2.º) — Excursão em volta do prédio e depois localização, na planta já feita, das quatro ruas que rodeiam o prédio escolar. Croquis de sua fachada, com a observação bem dirigida pela professora. Depois de bem observado o prédio no interior e no exterior, foi feita, em papelão, a sua maquete em ponto pequeno.

3.º) — Excursão ao mercado com o fim de adquirir frutas para um "lunch" de aniversário de uma aluna e para observar o movimento daquele centro comercial. Croquis de vários aspectos observados na excursão. Ao lado da planta



baixa do prédio foi colocada a do mercado, feita do mesmo gênero.

4.º) — Despertando a atenção das crianças para as ruas e prédios que ficam atrás, em frente, de um lado e de outro do grupo, foi ampliada a planta já feita. Foram então localizadas pelos próprios alunos que moravam mais perto da Escola, as suas casas, com a denominação de várias ruas, bem como a Praça Raul Soares. Esta Praça sempre serviu de guia no estudo que se realizou de toda a cidade.

5.º) — Excursão à Praça Raul Soares, para melhor observação do cruzamento de ruas e avenidas que aí vêm ter e do formato dos quarteirões onde as avenidas e ruas se cruzam. Observação de seu jardim e arborização das ruas, concorrendo para o embelezamento e bom clima da cidade. Croquis, feitos pelas crianças, da Praça Raul Soares e dos canteiros do seu jardim. Idem, da fonte luminosa. Só depois dessa excursão, foi começada a introdução da planta da cidade. Para isto, traçou-se bastante ampliada, mas obedecendo a uma escala, a parte da planta que compreende o prédio escolar em questão, o mercado, a Praça Raul Soares e ainda um bom trecho à direita e à esquerda, à frente e atrás do prédio.

6.º) — Nesta planta assinalou-se apenas com um quadrinho o prédio escolar e o mercado, para apresentação à classe, no dia seguinte. Houve o reconhecimento da Praça e localização dos prédios assinalados (escola e mercado). Procedeu-se então a uma melhor localização das casas de todos os alunos que estavam residindo naquele trecho. Alguns procuravam guiar-se pela linha do bonde de Lourdes ou pelo canal da rua São Paulo. Então, na sala de aula, com a colaboração das crianças, foram assinalados com um risco o correio e a linha de bonde compreendidos na parte da planta já feita. E assim ficaram marcados: Escola, mercado, casas de alunos, linha de bonde e córrego. Mas, como houvesse alguma confusão entre os lugares já marcados, surgiu a necessidade de um sinal convencional para cada coisa assinalada. Adotado o sinal, fêz-se indispensável a legenda e

a professora viu bem iniciada a realização de um dos seus objetivos que era ensinar as crianças a interpretar os mapas por meio de legendas.

7.º) — Nem todos os alunos puderam localizar as suas casas porque algumas não estavam compreendidas no trecho da planta já feita. Surgiu então a oportunidade de ampliar a planta já executada e, finalmente, acrescentar toda a zona compreendida dentro da Avenida do Contorno.

8.º) — Na zona urbana limitada pela Avenida do Contorno, à medida que iam estudando a cidade, as crianças localizavam, devidamente orientadas, tudo que de mais importante há em Belo Horizonte: outras escolas e edifícios públicos, igrejas que as crianças freqüentavam, praças mais importantes por onde passavam, casas ou parques de diversão que frequentavam, meios de transporte que as levavam a diversos pontos da cidade, etc. . .

9.º) — Bem conhecida e comentada a vida das crianças, canalizou-se a atenção delas para a vida de outras pessoas vizinhas da Escola ou não. Tive, então, oportunidade de falar sobre vários ofícios a que se entrega a população de Belo Horizonte como os de pedreiro, sapateiro, alfaiate, padreiro, etc., bem como de todos os ramos de negócio: casas de fazendas, armazém, farmácias, hotéis, livrarias, fábricas, etc. Foram feitas excursões a uma padaria e a uma fábrica de balas, e, ainda, a uma fábrica de calçados.

O Palácio da Liberdade, a Prefeitura, as Secretarias do Estado, a Imprensa Oficial, a Feira de Amostras, o Correio e os Quartéis, foram especialmente mencionados e ao mesmo tempo discriminadas, de maneira simples, as atividades que, nesses edifícios, se realizam. Foi salientada a ação da Prefeitura. A legenda da planta veiu crescendo gradualmente e fazia gosto ver o interesse que as crianças tomavam pela vida da cidade e o prazer que uma sentia quando conseguia, por seu próprio esforço e iniciativa, acrescentar alguma coisa nova à planta.

10) — Estudando os meios de transporte, tiveram, na planta, de ir além da Avenida do Contorno, e veiu então a

localização dos bairros. Ai foi dirigida a observação das crianças para o lado em que o sol nasce e para aquele em que êle se esconde. Foram lembrados os bairros que ficam nêstes lados e colocados os seus nomes na planta, servindo de guia a Praça Raul Soares, ao lado esquerdo do prédio escolar.

Falaram um pouco sôbre os bairros: Calafate e Carlos Prates, do lado em que o sol se esconde — Serra e Cruzeiro, do lado em que o sol nasce, localizando-os na planta.

11) — Na aula seguinte, não foi difícil colocar, entre os bairros referidos, ainda: Lagoinha, Santa Tereza, Fleresta e Santa Efigênia de um lado; Santo Antônio do outro. Só ai foi possível levar a classe a compreender, em parte, os pontos cardiais — partindo do nascente e do ocaso.

12) — Já tendo os alunos estudado a Praça Raul Soares, observando a Fonte Luminosa e os diversos meios de transporte que ligam esta Praça a outros pontos da cidade, puderam encontrar na Fonte Luminosa e no Monumento à Terra Mineira, situados na Praça da Estação, elementos que facilitaram a associação de idéias no estudo dos meios de transporte que ligam Belo Horizonte a outras cidades e ali representados pelas duas vias férreas da Capital.

Assim, elas puderam mostrar a direção dos trens, por viagens que haviam feito: algumas ao Rio, pela bitola larga, outras pela R. M. V., a cidades do Triângulo, e uma a Curvelo, pela Central. Traçadas essas linhas de ferro, da planta, a sua interpretação foi facilitada pelo concurso das crianças já referidas.

13) — Foi lembrado, por uma criança que morava no Barro Preto, o ribeirão Arrudas margeado em parte pela estrada de ferro.

Esse ribeirão foi desenhado na planta, bem como a desembocadura do canal que passa perto do prédio escolar. Uma excursão a êste local foi que facilitou mais tarde a compreensão de afluentes de rios.

14) — No estudo dos bairros um aluno se lembrou de que viu em Carlos Prates, pequena estação, grande movimento



Pão e café com leite na "Semana da Criança" em Uberaba.

de latas de leite e outras mercadorias. Ampliando essa conversa, não foi difícil levar as crianças a compreenderem que outras pequenas estações situadas do lado do este, à margem da linha, ainda pertencem a Belo Horizonte.

15) — No ramal da bitola estreita falou-se sobre as Estações de Freitas, Marzagânia e General Carneiro. Para isto aproveitou-se de um piquenique que um aluno fizera em General Carneiro. Este aluno vira o Arrudas desembocando no Rio das Velhas e almoçara perto de uma fazenda, à margem do rio.

16) — Até aí parece que já estava bastante conhecida a cidade e que o próprio interesse das crianças, bem dirigido, já as levava além da cidade e dos bairros. E isto foi devido, em parte, ao conhecimento dos diversos meios de comunicação: estradas de rodagem, de ferro, linhas telefônicas, correio, aviação, etc., que põem a Capital em contacto com outras cidades. Os diversos mananciais que abastecem a cidade de água potável, bem como o fornecimento de energia elétrica não foram esquecidos. A força auxiliando a indústria, fornecendo trabalhos aos operários e a luz servindo a todos e concorrendo para o embelezamento de nossa "Cidade Jardim".

Dando às crianças uma idéia da origem do nome da cidade, levei-as a observar os encantadores panoramas da Serra do Curral. Falei-lhes então que além da serra ainda há terrenos pertencentes a Belo Horizonte e que as terras da Capital ficam ao norte, sul, leste e oeste da cidade.

17) — Eram aproveitados como tema de conversa, nas horas de linguagem, os passeios feitos pelos alunos, e assim, sempre que viam alguma coisa nova perto de Belo Horizonte, o assunto era logo ventilado na classe, na presença de todos. Dêsse modo, foram aproveitados passeios feitos à Gameleira, a uma fazenda no Barreiro, ao Rio de Pedras, a Nova Lima etc...

18) — Chegando a este ponto, foi tomada uma pequena planta da cidade, planta que se colou a uma grande fôlha de papel onde previamente fôra feito, ao de leve, o contorno

do município de Belo Horizonte. Em volta da pequena planta da zona urbana, colocaram-se os bairros e as fazendas ou lugarejos já conhecidos de algumas crianças. Explicou-se que aqueles lugares ainda faziam parte de Belo Horizonte.

19) — Na aula seguinte levei o mapa do município mais completo com o contorno e os principais acidentes geográficos, estradas, etc. Uma legenda explicava o mapa, e as crianças souberam interpretá-lo perfeitamente. Também, alguma dúvida que surgia, sempre era esclarecida com o auxílio de tôdas as crianças.

20) — Ao lado do município de Belo Horizonte foram colocados os nomes dos municípios limítrofes. Sabará e Santa Luzia eram conhecidos de vários alunos. Foi sem dificuldade que os alunos puderam compreender que estas cidades tinham seus municípios dividindo com o de Belo Horizonte.

“Quem vai de Belo Horizonte a Santa Luzia viaja numa parte de terra pertencente a Belo Horizonte e outra pertencente a Santa Luzia”, — explicou um aluno.

Quando a classe tomou conhecimento dos acidentes geográficos do município, o ribeirão Arrudas foi bem focalizado por ser o maior que atravessa a cidade e pelos benefícios que lhe presta recebendo as várias redes de esgôto. No mapa do município as crianças puderam ver a desembocadura do Arrudas no Rio das Velhas e vêr também este rio servindo de limite entre o município de Belo Horizonte e o de Sabará. Mais tarde, quando a classe estudou Minas Gerais, o Rio das Velhas serviu de guia no estudo do São Francisco e seus afluentes.

21) — O histórico da cidade também foi lembrado. Do antigo arraial do Curral del-Rei, foram recortadas fotografias e colocadas em classes, depois de bem interpretadas. A fazenda velha, situada ao lado do bairro de Lourdes, foi visitada por um grupo de alunos que moravam naquela zona. De lá foram trazidos por eles peixinhos para um aquário da classe.

Falou-se na fazenda do Cercado construída pelos sucessores de Ortiz.

Entre os homens beneméritos desde os tempos da construção das primeiras casas, mereceram destaque João Leite Ortiz, Cornélio de Cerqueira, Aarão Reis, João Pinheiro etc.

A freguezia da Boa Viagem e a Capelinha de Santana tiveram uma referência especial.

A educação cívica mereceu também, todo o cuidado da professora, dentro do projeto. Mostrou aos alunos a ação das autoridades constituídas, concorrendo para o bem-estar da coletividade. Estas residem aqui por ser Belo Horizonte a Capital, mas o seu poder se estende a todo o Estado. Quando estudaram outras cidades, falando em pescas que ocupam os mais altos cargos nos municípios, as crianças puderam compreender que elas são auxiliares do governo com sede em Belo Horizonte.

E' desnecessário lembrar que o projeto deu assunto ás outras matérias do programa. As excursões facilitaram as aulas de aritmética cujos problemas foram formulados em situações reais.

As aulas de linguagem foram bastante ampliadas e as aulas de ciências tôdas tiradas dos produtos que se encontram em Belo Horizonte.

A leitura de informação foi também iniciada com este estudo. As crianças começaram a tomar interesse pela vida da sociedade e não raras vêzes recortavam dos jornais artigos que vinham auxiliar um assunto já tratado ou iniciado.

ARAMITA ALVES DOS SANTOS

• • •

#### PALAVRAS DE MESTRES

*Todo objeto destituído de interesse próprio pode recebê-lo de um outro que o possua, graças ás associações de idéias que entre êles se estabeleçam.*

WILLIAM JAMES

## Instantaneos da escola

MANUEL CASASANTA

### 3 — UM AUDITÓRIO

Acabo de assistir a um auditório. Crianças de 4.º ano expõem, com singeleza, o que aprenderam acerca de Nóbrega e Anchieta. O forte perfil do Organizador e a doce fisionomia do Taumaturgo iluminam o cenário do Brasil colonial. Tomé de Souza, Mem de Sá e a roupeta negra dos jesuítas misturam-se, entre escravos e índios, a adivinhar no arco-íris das raças a unidade do Brasil que amanhecia.

Agradou-me o auditório. As crianças, reagindo a um estímulo de interesse, trabalharam com as suas próprias mãos e raciocinaram, com sua própria cabeça. Manusearam livros, compulsaram autores, pesquisaram, em suma. Nóbrega apareceu, cônego em Coimbra, disputando concursos; padre estadista, argamassando com os governadores os seus alicerces materiais; padre provincial, com Anchieta e mais irmãos da Companhia, plantando os fundamentos espirituais da nacionalidade. Anchieta, arrimado ao bordão, estuda a língua da terra, faz alpercatas para os irmãos, instrui, esclarece, catequiza, até descansar no Senhor, em Reritiba. A vontade, escudada na fé, a tudo superando.

Toquei no ponto sensível. Nenhuma grande vida se realiza plenamente, nenhuma disposição interior é tão indispensável à criatura humana, como a vontade.

Ora, parece-me, das virtudes que justamente exornam as biografias escolares, esta, que se chama vontade, nem sempre é citada, ou melhor, é quase sempre ignorada. Vol-

tando ao auditório. Nóbrega e Anchieta cultivaram, dia a dia, hora a hora, o dom da vontade a serviço da fé. Vem daí a surpresa, o espanto, já notado por Tristão de Ataíde: um gago, Nóbrega, converte, com sua palavra, os gentios; outro, coxo, Anchieta, caminha léguas e léguas, arrasta, vida em fora, os passos trôpegos, também por amor aos "brasis".

A biografia na escola não tem por objeto fantasiar homens em super-homens. Mais: o que interessa à criança é, tão somente, a criatura humana que foi criança, e que também fez das suas, enquanto crescia.

### 4 — LIVRO DO PONTO

Não raro se observa, entre professores que exercem funções de direção, a tendência para menosprezar os encargos de natureza administrativa. As funções de direção — ninguém o ignora — desdobram-se em técnicas e administrativas. Estas últimas, longe de constituírem mera formalidade burocrática, encarecem a seriedade dos encargos de direção. Assim, estabelecendo o Regulamento do Ensino Primário que o diretor deve abrir e encerrar o livro do ponto, à entrada e saída dos professores, uma conclusão se impõe: o diretor será o primeiro a chegar ao Grupo e o último a deixá-lo, como a principal figura da casa, atento e vigilante em seu posto, tal o capitão em seu navio. Livro de ponto não é formalidade. É necessidade.

MANUEL CASASANTA

. . .

### PALAVRAS DE MESTRES

*Formar corações sem ao mesmo tempo desenvolver espíritos é impossível. Não se imprimem na consciência do homem regras de bem viver sem lhe esclarecer a inteligência, ampliar-lhe as idéias, instruí-lo, enfim; mas a instrução só por si não suprirá a educação.*

DONNET

## O ambiente escolar e o trabalho da criança

MARIETA ARAÚJO

Tão profundas e várias são as influências do meio escolar no trabalho da criança, que não sabemos bem por onde começar a enumerá-las, visto prenderem-se à entrosagem completa e delicada do sistema educacional.

Partindo-se da convicção de que tódas as coisas que rodeiam a criança a influenciam, não podemos, de nenhum modo, ignorar certos princípios, ou que tangem à organização do ambiente escolar.

Principalmente, devemos lembrar-nos de que a criança é um ser em atividade constante e que à escola cabe, como em última análise, auxiliá-la a executar um trabalho, todo êle dinâmico e educativo, na estruturação de sua vida. A escola deve seriar os instrumentos de trabalho e dispô-los de tal ordem, que facilitem à criança desenvolver e aproveitar o que já traz em potencial, levando-a, neste ambiente educativo, a sentir alguma coisa que vá ao encontro dos seus próprios interesses. E essa reação prende-se aos estímulos que a motivam. No período pré-escolar, a criança, durante tódas as horas do dia, entrega-se inteiramente à sua atividade física e mental.

De modo espontâneo, expande-se com freqüência e vigorosamente no ambiente familiar. A escola, quando bem organizada e dirigida com elevado espírito humano, não deve tolher essa espontaneidade. Deve, antes, pelo contrário, proporcionar à criança os estímulos que a predisponham a uma natural atividade. Assim sendo, desde a cor das paredes até os mínimos pormenores, tudo deve ser, no ambiente

escolar, algo de harmonioso e de artístico, de modo formar ambiente a situações que anime e solicite a aprendizagem, despertando na criança o entusiasmo pelo trabalho que lhe incumbe executar.

No campo da aprendizagem, outros fatores, outros hábitos, outras habilidades, outras atitudes adquirirão a criança, contribuindo, não somente para melhorar a técnica do seu trabalho, como também, a direção do seu pensamento, orientando-o, sobretudo, de acôrdo com princípios que lhe normarão, futuramente, as ações, pela superiorização dos seus sentimentos.

O princípio de que o caráter da criança é muito mais influenciado pelo que não se lhe diz, pelo que não escuta, do que por aquilo que lhe chega mediante o centro auditivo, tem-se evidenciado de maneira acentuada em nossas experimentações. É óbvio que o seu caráter será moldado pelo que ouve dos pais e professores, porém, é fato indubitável que, para o bem ou para o mal, têm muito maior influência os pensamentos dos que o rodeiam.

Os pensamentos e sentimentos dos pais e professores afetam a criança, embora não sejam exteriorizados. Razão por que sentimentos de inveja, orgulho, cólera ou maldade podem prejudicá-la muitíssimo.

Experiências educacionais têm-nos levado a crer menos em um programa escrito, rígida e friamente intelectual, que nas qualificações substanciais e íntimas da organização mental e sentimental do professor. É sabido que o caráter do professor tem muito maior influência na educação dos seus alunos, que mesmo tóda a sua instrução intelectual, por êle recebida na escola, no ginásio, em academias e universidades. Motivo por que não se improvisa um professor e só é verdadeiramente professor aquele que, trazendo consigo tamanha responsabilidade, desta jamais se esquece, não medindo mesmo sacrifícios pessoais para melhor realização do seu trabalho, transmutando a sua missão em verdadeiro apostolado.

Atendendo-se à responsabilidade do professor e às múltiplas influências que entre o ambiente escolar e o trabalho da criança podem tão profundamente influir na conduta da mesma, vejamos de que modo e até quanto pode influir no trabalho das crianças o ambiente escolar de uma classe de 2.º ano — tipo An — Br — Cr. — da E. de Aperfeiçoamento, no 1.º semestre do atual ano letivo, sob alguns dos seus aspectos, entre os maiores: o material, o pedagógico, o artístico e o higiênico.

Foi essa a nossa primeira preocupação: tornar a vida alegre, — encher de felicidade a sala de aula, tanto quanto possível, para que as crianças se sentissem perfeitamente adaptadas a esse ambiente comunicativo e animador, pois é sabido que uma sala anti-estética, mal organizada, não predispõe a criança à atividade. E essa preocupação tanto mais se acentuou em nós, quando, com grande pesar, ouvimos das crianças, no início dos nossos trabalhos:

— Ih! a nossa sala é a mais feia! — Tão grande!

— Não tem nenhum enfeite! — A minha mesa é muito baixinha!

— A nossa é muito alta!

Expressões tais a que respondemos da seguinte maneira:

— A quem pensam vocês que cabe arranjar a nossa sala? — Sem dúvida alguma, a nós, que nela entramos hoje. Vocês acham que seria direito encontrarmos a sala toda arrumada, as paredes cheias de gravuras, sem que todo esse trabalho não tivesse a nossa parte e aprovação? Teria mesmo algum valor para nós acharmos tudo arranjado por outras pessoas? Com estas e outras perguntas levamos as crianças a que se persuadissem de que a nossa sala deveria, de futuro, ser muito bonita e que, dentro em breve, seria mesmo a mais bonita da Escola, mas organizada pelos próprios trabalhos das crianças.

Aproveitou-se a oportunidade para melhor distribuição e colocação das mesinhas, cadeiras, quadro-negro, etc., de sorte que o mobiliário, disposto agora em certa ordem e me-



Café com biscoitos numa das comemorações da "Semana da Criança" em Uberaba.

lhor gosto, atende, assim, à parte pedagógica, à higiênica e à artística, trazendo mais conforto às crianças e impressionando-lhes o ânimo, há pouco tão descontente, favorável e agradável. Resultado: a animação foi geral. Nos dias subseqüentes, trouxeram as crianças plantas, vasos, latíngas, em que elas mesmas plantaram cactus, flores, folhagens, para enfeite da sala. O nosso ambiente escolar já subia em valor na sua apreciação e de maneira decisiva começava a influir poderosamente no ânimo das mesmas, levando-as, a pouco e pouco, a melhorar o seu trabalho, a cuidar de si com mais atenção, a encapar seus livros e cadernos, enfim: a zelar com atenção crescente por todo o seu material escolar.

Em breve já se preocupavam com a ordem e limpeza da sala, espalhando, limpando, arrumando, sem que houvesse da nossa parte nenhuma interferência ou imposição. Não é nenhuma novidade o que aqui relatamos, porquanto disto estão convencidos não somente os educadores, como os proprietários de casas comerciais, oficinas, fábricas, etc., que também se preocupam em tornar o ambiente de trabalho alegre, higiênico, artístico, para que os funcionários e operários aí sintam o prazer e a alegria, não somente amenizando a sua tarefa, como, igualmente, incentivando-os a trabalho melhor, mais ordeiro e mais eficiente.

Desde os primeiros dias de aula, visamos ao aspecto social, sendo tôdas as deliberações a serem tomadas e postas em prática discutidas pelas crianças que, nesses momentos, se assentavam em caderinhas, dispostas em círculo, para melhor, mais facilmente se entenderem e conversarem. Nesse pequeno período de conversa e nessa atitude de levarmos as crianças, sem que elas mesmas percebessem o nosso intento, ao ponto de sugerirem, discutirem, julgarem e resolverem os nossos problemas de classe, conseguimos criar, em alta percentagem, hábitos, atitudes e habilidades que desejávamos alcançar.

As crianças, a princípio irrequietas, desatentas, límidas ou conversadas de mais, foram paulatinamente habituando-



se a falar cada uma por sua vez, a ouvir com atenção a opinião das outras, a criticar de modo mais delicado as sugestões apresentadas, a exprimirem-se melhor, pronunciando corretamente as palavras, e, até mesmo essa atitude que têm em geral as crianças de disputarem entre si os lugares, de se levantarem e de se assentarem com certo estouvamento, foi sendo substituída por hábitos mais delicados, atitudes mais corretas e mais corteses, quer individualmente, quer em relação ao grupo. Foi num desses períodos de conversa que levamos as crianças a pensar como deveríamos enfeitar as paredes da nossa classe. Depois de várias sugestões, aceitas umas, refutadas outras, chegamos à conclusão, por unanimidade, de que a nossa classe deveria ser enfeitada exclusivamente com o nosso trabalho. Deveríamos trabalhar muito e muito, para que ela chegasse a ser a mais bonita da Escola. Ficou deliberado que o nosso 1.º desenho fosse o da nossa Escola e para isto fizemos no dia imediato uma excursão em volta da Escola, de modo que as crianças observassem bem onde ficava a mesma, as ruas mais próximas, casas, arborização, bondes, mercado, etc., enfim esses pormenores ou essas associações que viriam melhor alargar o conhecimento do *croquis* que se deveria fazer em classe, primeiro pela professora, numa folha de papel em ponto bem grande, com as devidas explicações e, depois, em ponto menor e de memória, pelas crianças. Colocamos esses desenhos em um cartaz grande, escrito ao alto — “Nossa Escola” — e logo abaixo poz-se, intencionalmente, o desenho da Bandeira Nacional.

Originou-se, assim, o 1.º cartaz preparado pelas crianças com o fito de enfeitar a nossa classe e para nós, sem que elas o soubessem, era o nosso 1.º cartaz didático, pois a excursão realizada fora um meio apenas para iniciarmos o estudo da geografia local.

Em conversa sobre os diversos meios de condução à Escola e dela à casa, sobre os diversos modos como chegam e são retiradas mercadorias, cargas, etc., no Mercado, tivemos oportunidade de comparar os diversos meios de trans-

porte, relativamente ao preço, rapidez, distância, força motriz, etc., etc., e, também, de diferenciar as vias de comunicação dos meios de transporte.

Surgiu o 2.º cartaz “Meios de Transporte”, — com a colaboração das crianças, que trouxeram muitas gravuras relativas ao assunto. Vamos, assim, ampliando o nosso estudo de geografia, falando sobre as comunicações com o centro da cidade e para fora, e relacionando o nosso estudo às diversas disciplinas do programa: — história, ciência, etc.

Nossa sala ia, gradativamente, tomando outro aspecto e despertando, por isso mesmo, enorme entusiasmo nas crianças.

Estudando a dúzia, fizeram as crianças os desenhos ilustrativos da mesma, e estes desenhos foram também, colocados num cartaz grande escrito em cima — “A dúzia”. — Como as explicações sobre a subdivisão da dúzia em meios, terços, quartos, etc., fosse assunto mais árido para crianças de 2.º ano, embora fossem para esse estudo visados meios intuitivos, aproveitados da própria classe, fizemos um cartaz didático sobre a dúzia, onde a criança ganhasse essa significação e pela memória visual guardasse as sub-divisões da mesma.

Este cartaz logrou grande resultado, pois as crianças bem depressa começaram a resolver oralmente e por escrito problemas gradativamente e relativamente mais difíceis. Além disso, pudemos, também, por meio desse cartaz, introduzir a multiplicação como um novo vocábulo para a soma de parcelas iguais. Devemos acentuar aqui que todo o material empregado e elaborado pelas crianças, no campo das aquisições matemáticas, obedeceu tanto quanto possível à metodologia da matéria.

Foi nossa constante preocupação desenvolver e encaminhar, pelos nossos problemas diários, o pensamento das crianças. Assim é que, desde o início das aulas, cada criança inventava quotidianamente dois problemas, além daqueles que lhes eram dados na “tarefa para casa”.

Sempre tivemos em vista:

- a) dar algum material novo;
- b) fixar o que se deu;
- c) aplicar o conhecimento apreendido a situações diversas, e quando possível, novas.

Depois de algumas conversas sôbre o auxílio que nos prestam certos animais, trouxeram as crianças muitas gravuras relativas ao assunto, organizando-se um cartaz de ciências naturais com o título "Como nos auxiliam". Quanto às várias aplicações da pele do porco, surgiu uma questão que as crianças só resolveriam buscando fontes de informações, tendo sido as três melhores respostas colocadas em um cartaz, sob o título "Os nossos problemas."

Tivemos oportunidade de estudar vários animais sob os seus variados aspectos e de considerar não somente o auxílio que nos prestam, como também os seus inconvenientes. Organizamos um quadro, muito do agrado das crianças, sôbre os passarinhos.

Tratando-se do cão, por exemplo, salientamos-lhes a grande lealdade para com o seu dono e para com as crianças e frisamos, igualmente, as suas inconveniências, relativamente às moléstias que êle pode transmitir-nos.

Visto como trabalhamos com crianças do 2.º ano, para as quais escapam a significação de certos vocábulos, embora ensinados, em virtude da sua difícil apreensão, tais como: hidrofobia, injeção antirrábica, etc., foram feitas fichas especiais, correspondentes às palavras e frases, em que as crianças as fixassem pela memória visual. Tais fichas foram colocadas nas paredes da sala, obedecendo a certa ordem e critério.

Assim, os cartazes e fichas sôbre higiene foram pendurados ao alto, em cima do lavabo, onde as crianças os vissem constantemente. Ainda um período de palestra sôbre higiene, organizou-se, com a colaboração da petizada, outro cartaz intitulado "Os amigos da saúde", em que a higiene individual foi examinada sôbre diversos aspectos: alimentação, sono, vestuário, exercícios físicos, higiene mental, etc., car-

taz êsse em que visamos, propositadamente, ao lado da aprendizagem primária, aquelas atitudes que deveriam ser ganhas pelas crianças, no campo dos sentimentos atinentes à aprendizagem. Sabendo-se que a aprendizagem não se faz nunca unitariamente, tivemos no nosso material didático a preocupação de organizá-lo de modo a despertar na criança sentimentos elevados, pois o que toca ao sentimento é força preponderante na tarefa educativa. Sendo o objetivo da escola criar ou fomentar e aproveitar situações que favoreçam a aprendizagem, devemos repetir que todo o material introduzido na classe, não foi acidental e, sim, absolutamente flexível, em sua maior parte planejado porquanto feito e organizado de acôrdo com a reação natural e espontânea das crianças, com a conduta que aspirávamos a obter.

Em conversa com as crianças, combinamos, desde os primeiros dias de aula — a hora da história, em que elas mesmas as contariam. E nós primeiro as contávamos ou liamos à classe. (A leitura da classe era, então, muito fraca).

Um dos alunos trouxe-nos o livro "Juca e Chico" para ser lido.

Em três ou quatro "horas de história", foi o livro lido, e as crianças gostaram imensamente da sua leitura. Aproveitamos essa ótima motivação para que cada criança fizesse, por escrito, a sua apreciação sôbre o pedacinho de que mais havia gostado, ilustrando-o com desenho.

Visávamos aí ao desenho, à caligrafia, à redação, à ortografia e à aquisição de vocabulário. Entusiasmadas, fizeram um livrinho encantador!

A capa (gravura de Juca e Chico) foi posta em concurso. O melhor desenho seria colado na capa e os outros, colocados na tela dos nossos desenhos, também a organizar-se. Mediante palestra, fizemos as crianças sentirem a necessidade que tínhamos de livros para a nossa hora de história e, com habilidade, fizemos surgir das mesmas a idéia da organização de uma biblioteca: foi um raro prazer para todas as crianças! Espontaneamente trouxeram de casa muitos livros para leitura. Então os lemos e a pequenada interpreta-

va-os por escrito. Foram ilustrados com desenhos, inclusive as capas, depois de também submetidos à aprovação geral para a sua adoção: "Um passeio na floresta" e "A galinha dos ovos de ouro."

Após lidos por nós, interpretaram as crianças oralmente: "Os três porquinhos", "Maria dos tamancos", "O patinho feio", "O livro de Joãozinho", "Jeca Tatu". Da leitura deste último, surgiu um cartaz sobre higiene, focalizando a conveniência de andar-se calçado nos lugares úmidos ou pouco limpos. Prepararam-se, igualmente, fichas relativas ao assunto — vermes, anquilóstomo, vermífugos, etc. que colocamos em pontos adequados nas paredes.

A biblioteca, em sua organização e funcionamento, ofereceu motivos oportunitíssimos a numerosa série de outras atividades, tais como:

- a) como surgiu a nossa biblioteca (trabalho feito pelas crianças e, depois, escolhido o trechinho melhor de cada composição, organizando-se, assim, uma única, passada a limpo por uma criança);
- b) carta a D. Alda, agradecendo-lhe o livro que teve a gentileza de oferecer à nossa biblioteca;
- c) interpretação de várias gravuras para a biblioteca;
- d) lista dos livros da biblioteca, nomes dos respectivos autores e dos alunos que os trouxeram;
- f) regulamento da biblioteca.
- e) organização do fichário da Biblioteca;

Da leitura de um livro que tratava dos três reinos da natureza, produziu-se motivação para se organizar o museu de nossa classe. Esta outra atividade foi introduzida e aceita com franco entusiasmo dos discentes, que, em breve, colecionaram e trouxeram para a aula material oportuno, variado e abundante. A coordenação deste trabalho foi sobretudo interessante.

Queríamos que as crianças aprendessem, discernissem, em linhas gerais, os 3 reinos da natureza e assentamos que cada uma providenciasse, em casa, alguma coisa para o mu-

seu, o que não se fêz esperar, pois trouxeram pedrinhas, cavacos de diferentes espécies de madeira, conchinhas, etc., etc. famos, então, paulatinamente, observando e comparando todo esse material, obtendo as crianças conclusões que importavam na diferenciação dos 3 reinos da natureza. Organizadas foram três estantes com as fichas respectivas: reino animal, reino vegetal e reino mineral.

A sistematização e funcionamento do museu animou de tanto entusiasmo os petizes, que, diariamente, contribuíam para ele com algum objeto de valor. Um deles, a quem corria a atribuição de cuidar do museu, teve até, em casa, com a mãe, atitude de grande insistência, por querer, a toda a lei, trazer para o museu coisas que lhe pertenciam e de que, por estimativa, não desejava desfazer-se. Tal fato foi-nos relatados pela própria progenitora, muito contente com o entusiasmo que o filho votava à classe em que se achava.

Outro fato frisante: uma menina trouxe para aula uma casinha de João-de-barro com a avezita morta no seu interior. Ela solicitara a um conhecido seu, trabalhador de lavoura, que lhe obtivesse esse material. Entre a curiosidade geral, certo dia surgiu, em aula, a pequena, rosadinha de cascada, com o bracinho todo marcado e a bluzinha um tanto suja, sobraçando o enorme pêso da casinha do pássaro, ora transeita em túmulo do seu dono. A recém-chegada foi acolhida com rumorosa salva de palmas por todos os seus discípulos, admirados da sua força e da sua devotada atitude de enriquecer com aquele curioso tesouro o nosso museu.

Outra, poucos dias antes das férias, trouxera lindíssimas amostras de ametistas, berilo e águas marinhas. O interessantíssimo, porém, de tudo isso, e para nós causa do máximo regosijo interior, é que, até o presente, os pequenos educandos manuseiam todo esse material, tornando a colocá-los nos lugares prefixados, sem se registrar, até agora, a menor falta ou desaparecimento de mínimo deles nem do mais insignificante. O espírito de lealdade das crianças é simplesmente admirável, porquanto a classe inteira, vendo-se cercada de

coisas e objetos que a agradam, atraem e encantam, de maneira toda especial, mantêm tudo em seus respectivos lugares, tudo bem cuidado e organizado pelas próprias crianças.

Para o material do museu, elas preparam inscrições com a denominação do material, sua procedência e o nome do doador.

O museu da nossa classe não representa, como se vê, atividade vazia de finalidade: ali não se colocam coisas para, logo após, serem novamente relgadas ao esquecimento. Não! Tudo que ali se encontra é repassado várias vezes pelas mãozinhas ávidas de conhecimentos, todas as crianças, incansáveis de indagar curiosas, e assás dispostas e prontas em arumar esse material vivo, que as interessa de modo vulgar.

O pobrezinho do João-de-Barro, morto e, por assim dizer, inumado no seu poético mausoléu que para si mesmo construiu, foi enviado ao prof. Cathoud, da E. Normal, com o pedido das crianças para o seu embalsamamento. Convém, aqui lembrar que todo o material escolar é inteiramente de pleno domínio das crianças que, nos intervalos das suas atividades diárias, manuseiam-no, observam-no, tocam-no, etc., e que, por isso mesmo, têm ampla liberdade de locomoção em classe.

Retornando ao assunto da leitura do livro de "Jeca Tatu", apresentou-se-nos a oportunidade de tratar do bicho-da-seda, no momento em que lemos para as crianças o trecho em que se dizia serem de seda os sacos empregados na colheita e armazenamento das mercadorias. Nesse mesmo dia recebemos a visita do dr. Marques Lisboa. Interrogando-nos sobre que assunto deveria falar às crianças, rogamos-lhe palestrar sobre o bicho-da-seda. Essa aula ensejou uma carta ao sr. Amílcar Savassi, em Barbacena, solicitando-lhe um mostruário sobre o bicho-da-seda, material esse que a pequenada recebeu, dias depois, com indizível entusiasmo. Eis como se originou o motivo para segunda carta, em que os meninos acusavam o recebimento do material e agradeciam-no ao sr. Amílcar Savassi.



Estudos ilustrados da alimentação na "Semana da Criança" em Uberaba.

Com motivação oportuna, escreveram as crianças mais as seguintes cartas:

- a) a um colega que se achava acamado;
- b) a d. Helena Antípoff que, também se achava enferma;
- c) ao dr. Laborne e Vale, chefe do Dep. de Educação, convidando-o a vir à nossa classe;
- d) a d. Amélia, diretora da nossa Escola, apresentando-lhe condolências pela perda de sua irmã.

Ainda, para a nossa biblioteca, lembrou-se um livro ou álbum de histórias inventadas. Tais histórias, ilustradas com desenhos, iam sendo colecionadas mensalmente. Findo o 1.º semestre, estava compôsto o álbum, contendo 111 historietas idealizadas.

Mais outra atividade motivada pela biblioteca foram os envelopes, feitos em cartolina, com alinhavos, para se guardarem as composições das crianças para o jornalzinho da Escola — "Vida Infantil" — e para a nossa correspondência expedida e recebida. De outra feita, sugeriu-se, para a biblioteca, uma coleção de histórias mudas. Quotidianamente, surgiam na classe historietas trazidas pelos alunos que, para a sua melhor conservação, as colavam em pedacinhos de cartolina. A meta da organização desse material era, especialmente, desenvolver o gosto e orientar o pensamento das crianças.

Sendo, conforme dissemos atrás, a leitura das crianças ainda naturalmente pouco satisfatória, a princípio, não podiam ler os livros de histórias da Biblioteca. Valemo-nos dessa oportunidade para, com ótima motivação, introduzir a ficha de leitura. Cada criança recebeu com grande contentamento a sua e, dia a dia, controlava ela própria, progressivamente, a sua leitura. E' supérfluo dizer-se que esta ficha concorreu sobremodo para melhoria geral da leitura da classe. Por último os pequenos demonstravam satisfação em levar para casa os livros da biblioteca e em comentar entre si as diversas leituras feitas.

A aprendizagem de primeiras noções do sistema métrico, com uso do metro, faz-se, também, sob ótima e oportuna motivação. Introduzimos o trabalho manual (sempre com o fito de enfeitar a nossa sala) da seguinte forma: os meninos fariam, antes, pequenos croquis de estantes de parede, cantoneiras, em que poríamos as plantas e outros objetos pequenos e as meninas fariam de tecido de algodão grosso (saco), toalhirhos ou tapetes, nos quais seriam aproveitados restos de lã, pedacinhos de feltros, etc. *Pari passu* com a habilidade manual e o senso estético, encaramos, por igual, o lado econômico, pois que achamos de real vantagem instilar no espírito infantil, desde cedo, o hábito e o senso da economia.

O material pobre é o mais generalizado ou mais comum, o que oferece possibilidade de maior desenvolvimento, precisamente o que promove maior intercâmbio e comércio de idéias e relações entre os escolares. Jamais se deve empregar material custoso por ser de absoluta necessidade penetrar-se a criança de que o bom arranjo, a boa disposição e organização das cousas e do material, o que implica um senso estético, ou gosto artístico, decorrendo da inteligência e talento de cada qual, independe de material caro e raro, em sua substância.

A inteligência valoriza, interpreta, e plasma a matéria ao alcance das mãos. Com bom gosto e habilidade podemos valorizar os materiais mais modestos e pobres, e é dentro das possibilidades do meio que urge tirar todo o material para os trabalhos manuais.

Conforme dizíamos, deparou-se-nos ótima oportunidade de guiar as crianças no manuseio do metro, tendo com êle realmente praticado na avaliação das dimensões e medidas tomadas nos trabalhos, quer de carpintaria, entre os meninos, quer, entre as meninas, nos trabalhos de algodão; em que se empregavam restos e retalhos de saco. Como, entretanto, êste pequeno início no agir com o metro ainda não lhes possibilitasse cabal e integral conhecimento, desejado, do metro, ideamos em conjunto, um cartaz didático sobre o me-

tro e suas subdivisões, de tal arte, que as crianças gravassem no cérebro a significação exata, perfeita, das noções representadas pelas expressões: metro, meio metro, um quarto de metro, três quartos de metro, etc. o que habilitou as crianças, naturalmente, a adquirir de modo claro a noção de metro, e de frações do metro.

Outra atividade, motivada na classe, em ocasião oportuníssima, foi o quadro de "Notícias Diversas", sugerido por uma notícia publicada pelo "Minas Gerais", sob o título "A Ação do Governo Mineiro no Conceito da Imprensa." - "Mina e seus Meios de Transporte". Por elas as crianças adquiriram o conhecimento do apêlo dos governos no sentido de os habitantes encaminharem-se "rumo aos campos", o que concorreu para intensificar as nossas atividades agrícolas, resultando no amontoarem-se as nossas colheitas que se perdiam por falta de escoamento e de transporte. Percebendo êsse inconveniente, o Governo Central e o de Minas contrabalaçaram-no com medidas e providências que convergiram no desenvolvimento rápido e admirável das suas estradas de rodagem, nestes últimos tempos, atingindo uma quilometragem superior à global de todas as ferrovias da Federação Brasileira.

A notícia acima referida cooperou decisivamente no aprendizado da aritmética. Os tópicos que mais atraíram a atenção das crianças eram todos sublinhados a lápis vermelho. Incluiu-se, também no quadro "Notícias Diversas" um relato sobre a "exposição do bicho-da-seda" realizada na Fazenda da Gameleira. O nosso desiderato era não somente despertar nas crianças o gosto pela leitura como também iniciá-las e orientá-las na seleção de informações úteis. O hábito da leitura silenciosa, que de maneira decisiva influi sobre a aprendizagem, especialmente no tocante à aritmética, foi também oportunamente lembrado. Para isso, escolhemos não somente trechos desconhecidos da classe, como também aqueles de conteúdo já do seu conhecimento, com o fito de rever e fixar o que se lhes disse, em conversa, sobre ciências naturais, geografia, higiene, etc. Procurando sempre ampliar o estudo de geografia, por processo elementar,

quase concreto e ao alcance dos discentes, combinamos a organização seriada das melhores vistas de Belo Horizonte, ocasião em que surgiu o problema: "Como obtê-las?" Sondamos os preços dos cartões postais. Eram caros, \$0,50 cada um. Sugerimos que cada criança entraria com Cr \$2,00 para comprarmos, assim, um número relativamente bem grande de postais. Ainda mais: ficou entendido que todas as vistas de B. Horizonte, estampadas em revistas, jornais, etc. fôsem recortadas e inscritas em nossa coleção, que, no início com poucas vistas, em breve se tornava tão numerosa, que já ia ocupando grande parte da parede.

Para logo se convenceram as crianças de que a ordem, a organização, a boa disposição são condições imprescindíveis em quaisquer realizações ou trabalhos humanos, o que se pode notar pelo arranjo e sistematização que foram imprimindo na seriação das vistas e cartões, desenhos e fotografias, etc. A nossa coleção não é um amontoado desordenado de aspectos da Capital mineira e, sim, um cartaz, em ponto grande, que põe em evidência: palácios, praças, igrejas, casas de ensino, bancos comerciais, estações de vias férreas, avenidas, etc., etc.

Foi quando se nos apresentou ótima motivação para introduzir o conhecimento da planta e da história de Belo Horizonte. As crianças, entusiasmadas com a coleção, faziam, discutiam, conversavam sobre a beleza das praças, aspectos dos edifícios, etc., quando lhe perguntámos:

— "Vocês gostariam de ver, no papel, como se distribuem, pela cidade, as ruas, as praças, os jardins, etc.?"

A apresentação da planta (apenas a do centro) foi pleno sucesso! Ali estava a rua do Fabinho, aqui a residência de Maria Helena, acolá a praça Raul Soares e, assim por diante, iam interpretando a planta com visível facilidade. Nesta altura, foi a palestra, de maneira automática, relacionada com a história de Belo Horizonte, com os Bandeirantes, os Estados do Brasil, as cidades do interior, os principais minérios do nosso subsolo, os índios brasileiros e os

homens eminentes da nossa História Pátria; com a Fazenda do Cercado, a serra do Curral del-Rei, etc., etc.

A história, para melhor ser gravada, fez-se em pequenos lembretes ou fichas, colocados de modo adequado no cartaz grande. Estávamos, já, quase a encerrar o nosso material didático, pois poucos dias faltavam-nos para as férias de julho; desejavamos, entretanto, estereotipar uma impressão bem forte no ânimo das crianças, impregnando os seus espíritos com associações e ideias saturadas de alto valor moral, de sadio sentimento de solidariedade humana, de alta dignidade cívica. Por essa razão, precisamente, reservámos o último dia de aula para surpreendê-las com o cartaz mais bonito, o maior pela sua significação aos olhos dos brasileiros: um cartaz cívico em que os retratos dos nossos homens públicos, dos nossos dirigentes, fossem com uma referência especial exposto às nossas crianças.

Exatamente para este momento cívico, que as crianças, na parcimônia e limitação do seu pequeno vocabulário e expressões, traduziam por "nossa festinha de encerramento das aulas", é que foi convidado para vir a nossa classe o exmo. sr. dr. Laborne e Vale, chefe do Departamento da Educação.

Por motivos supervenientes, imperiosos, não se realizou, todavia, esse nosso tão grato intento, pois que, no dia aprazado, foram suspensos os nossos trabalhos.

Este material será breve e oportunamente apresentado às nossas crianças.

\* \* \*

Eis aí, em traços simples e despretenciosos, porém sinceros e comprovados, o trabalho que realizámos, com idealismo e boa vontade, no 1.º semestre do atual ano letivo, com uma classe de 2.º ano, tipo An — Cr — Cr. da Escola de Aperfeiçoamento.

Antes de passarmos às conclusões, esclareçamos os motivos que determinaram a organização dessa classe, no momento justo em que todos os estabelecimentos de ensino se

empenham no homogeneizar as mesmas. Uma vez organizada a classe de 2.º ano, não puderam adaptar-se-lhe 16 alunos pelas razões seguintes: alguns foram transferidos de outras escolas e verificaram-se incapazes de acompanhar a classe; outros não lograram promoção no fim do 1.º ano de 33 e outros ainda eram repetentes de 2.º ano.

Como se vê, reunimos, nesta turma de crianças, 3 classes de tipos vários. Ora, como o número de alunos não bastasse para se formarem as três classes, atendendo-se também aos fatos de as crianças pertencerem ao bairro circunvizinho à Escola de Aperfeiçoamento, e ainda mais por insistência dos seus progenitores para que os meninos permanecessem na Escola, o certo é que se combinou agruparem-se tais crianças no mesmo todo, embora heterogêneo, que em parte nos possibilitaria, dado o seu reduzido número, o trabalho didático individual.

#### *Conclusões*

Finalizada a nessa exposição, no que tange ao trabalho escolar, realizado por nós, e aos motivos que preponderaram na organização da classe, não poderemos inferir, dessa atividade algo diminuta ainda, conclusões complexas e, sobretudo, definitivas. E isto simplesmente porque tudo que se constrói condiciona-se, e deve proporcionar-se ao tempo e às possibilidades de que dispomos. Um semestre apenas para satisfazer e atender às múltiplas necessidades de uma classe, integrada por motivo de força maior, de elementos em completa disparidade, é espaço relativamente exíguo para alcançarmos resultados definitivos ou deduzirmos amplas conclusões.

Entretanto, podemos afirmar, baseada na experiência adquirida nesse decurso, com o material humano com que laboramos, que tal disparidade não chegou a constituir obstáculo sério para se imprimir à classe, depois de algum tempo, certo caráter comum.

A organização atual da classe autoriza-nos a dizer que a disciplina aí se condiciona à justa liberdade a que as crianças têm direito. Sabem elas mesmas aproveitar os minutos de sobejo, trabalhando antes do início das aulas e mesmo nos minutos que decorrem de uma atividade a outra, quando, por exemplo, remataram mais rapidamente o seu trabalho. Além disso, a atitude dos alunos perante o estudo e perante o trabalho de modo geral, é bastante satisfatória e desejável: mostram-se sempre alegres e otimistas, externando vontade de realizar algo, na medida das suas capacidades incipientes.

Tais atitudes das crianças foram notadas pelas próprias mães que, vindo à Escola, tiveram ensejo de no-lo comunicar.

Não somente nas aulas, como nas atividades do tempo livre mostram as crianças — constância, assiduidade e concentração no trabalho.

Voltando-se, agora, a relembrar o estado inicial dos alunos, relativamente à escolaridade, e tendo-se em vista os resultados das últimas provas que nos possibilitaram classificar a turma atualmente de média, segundo certa medida, vemos com real satisfação, como e até quando pôde influir no trabalho das crianças o ambiente escolar.

E não nos servimos dessa satisfação senão para dizermos com real satisfação, como e até quanto pôde influir no vida, há, para todos, oportunidades que se revezam e se multiplicam, correlacionadas à razão e à medida variadíssima das aptidões se dos temperamentos, oferecendo, de modo maravilhoso e providencial, circunstâncias infinitas em que todos nós podemos exercer os nossos misteres diletos em harmonia com as nossas aspirações mais gratas.

As pequeninas sementes que, por vizes, nos parecem impróprias e mesmo imperfeitas, se lhes dermos a atenção devida e delas zelarmos com especial carinho, podem crescer, florir, frutificar ...

E o mestre tem que ser, na Vida, o bom semeador! E' das pequeninas coisas de cada dia da vida das criancinhas,



que lhe são confiadas, que se entrecem os fios delicados, imponderáveis, das impressões que hão de condicionar os seus destinos...

Sintetizemos no amor tôdas as virtudes do mestre conforme se externa, neste trecho de pensamento e de sabedoria, profundamente, o nosso querido amigo, grande mestre e sábio educador — Mário Casasanta:

"É essa a grande virtude dos mestres: amar. Só quem ama possui êsses tesouros de paciência, para suportar as travessuras dos pequeninos, êsses tesouros de indulgência para as suas tendências primitivas, tesouros de carinho, de simpatia e de sabedoria, para velar sôbre êles, tudo conseguir suavemente e, sobretudo, prendê-los, pelo hábito, ao trabalho e ao dever."

MARIETA ARAÚJO

#### PALAVRAS DE MESTRES

*Apelar para o presente interesse da criança, simplesmente como presente, significa, somente excitá-lo; significa brincar com uma força infantil, trazê-la em constante vibração, sem nunca orientá-la e dirigir para seus fins definitivos. Uma constante iniciação, um continuo recommençar, sem chegar a fim algum, é, praticamente, considerado tão desastroso quanto uma repressão continua de iniciativas, em conformidade com os interesses de algum pensamento ou vontade mais perfeita do adulto. Seria condenar-se a criança a provar permanentemente e jamais a comer; a ter seu paladar constantemente aguçado sem nunca atingir a satisfação orgânica que lhe viria da digestão do alimento e sua assimilação em forças vivas.*

JOHN DEWEY



Exposição na "Semana da Criança" em Uberaba.



(Continuação da pág. 215)

## Biblioteca infantil, alma da escola primária

NAIR STARLING

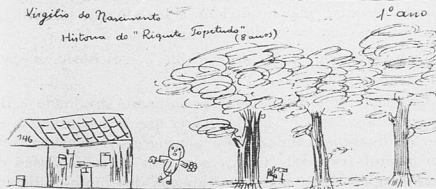
VIII

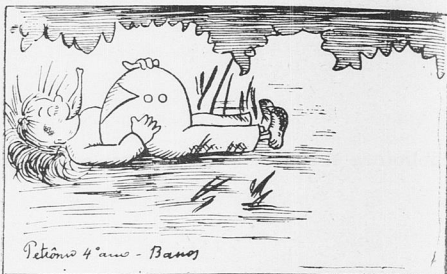
### CONTRÔLE DA LEITURA

A necessidade de expansão após a leitura é tão intensa que por ela podemos controlar os resultados de modo espontâneo e agradável.

Elevado número de desenhos e modelagens expostos num cantinho da Biblioteca, indica bem o interesse que os livros vêm despertando.

Apresentamos alguns desses apreciadíssimos trabalhos, chamando a atenção do leitor para o cunho de originalidade e pitoresco verdadeiramente encantadores que eles refletem:





E, assim, os personagens mais famosos do mundo das histórias acham-se expostos. Os desenhos, por vêzes, são horríveis tóscos e incertos. Na argila retorcida, há reflexos do estímulo, apenas; mas prodigiosa, a imaginação infantil turgida transforma em maravilhas de arte.

Outro excelente meio de controle é o fichário, secção: "Crítica das Crianças."

Um caderninho de notas, especialmente destinado à Biblioteca, é preciosidade insubstituível que leva o aluno à seleção de imagens, conduzindo-o a progresso considerável. Num capítulo especial, trataremos com mais expansão do caderninho de notas, pois, aqui apenas desejamos salienta-

que é por meio dele que conseguimos as Fichas de Apreciação, meio simples e eficiente de controle da leitura.

Vejamos, nos exemplos abaixo, a perfeição das críticas e o modo sincero de escrever:

Biblioteca do Grupo Escolar "Alexandre Drumond"  
 Título do livro — "Pinóquio".  
 Autor — Colodi  
 Edição — Quarta  
 Editôra — Livraria Liberdade de São Paulo.

Apreciação: Apreciei! É livro bonito, singelo e engraçado. Gostei mais foi quando ele trabalhou até meia noite e depois foi dormir; sonhando, julgou ver a linda fada boa e bonita a beijá-lo. Acho que todos devem ler um livro bom como o "Pinóquio" que até nos ensina a viver.

4.º ano. *Maria Lídia.*

Biblioteca do Grupo Escolar "Alexandre Drumond"  
 Título do livro "Era uma vez" (revista)  
 Autor — Vicente Guimarães  
 Edição — N.º 37  
 Editôra — Gráfica Queiroz Breñner.

Apreciação: Gostei muito porque achei as histórias bonitas e engraçadas. Achei as letras muito miúdas para mim. Gostei das perguntas e descobri todas. "Era uma vez..." é mesmo própria para crianças de escola.

3.º ano. *Elza Edite.*

Biblioteca do Grupo Escolar "Alexandre Drumond"  
Título do livro — "A vida do Elefante Basílio"

Autor Érico Veríssimo  
Edição — Primeira  
Editora — Livraria Globo.

Apreciação: Achei bom porque gosto de histórias de bichos. Gostei mais do pedaço que diz assim: "Deus mandou afundar os bichos."

2.º ano. *Mario de Sousa Barros.*

Biblioteca do Grupo Escolar "Alexandre Drumond"

Título do livro — Ilha do Sol

Autor — Ofélia e Narbal

Edição — 12.ª

Editora — Série Pindorama

Apreciação: Gostei porque tem muito exercício bom. Sei ler o livro todo.

1.º ano. *Iraci dos Santos.*

Biblioteca do Grupo Escolar "Alexandre Drumond"

Título do livro — "Uma História Verdadeira"

Autor — Olga Ferraz

Edição — Primeira

Editora — Melhoramentos de São Paulo.

Apreciação: Este livro possui 56 páginas. Conta a vida de Nossa Senhora, Mãe de Jesus, do princípio ao fim, por isso é que o livro se chama História Verdadeira.

3.º ano. *Anar de Oliveira.*

## IX

## FICHÁRIO

Qualquer que seja o sistema de organização da Biblioteca, será imprescindível um fichário completo, com várias secções: assuntos, autores, crítica das crianças, resumos, títulos, crítica da bibliotecária, etc.

O fichário bem organizado imprime ritmo seguro aos trabalhos da Biblioteca, tornando-a eficiente e podendo satisfazer a todas as solicitações com precisão e rapidez.

Biblioteca sem fichário seria semelhante a um barco sem leme, sem direção e sem ideal.

O fichário é pois o controle precioso e indispensável. A perfeição da Biblioteca depende da perfeição do fichário.

A secção "assuntos" é uma espécie de dicionário, é mesmo conhecida pela denominação "fichário-dicionário" ou "secção-dicionário"; trás os assuntos numa ordem certa, o que oferece grande vantagem na pesquisa de qualquer conhecimento.

Para esclarecer melhor, seguem exemplos:

## A

ALGODÃO — O algodão. — Como e porque deve ser cultivado o algodoeiro. — Seleção individual no melhoramento do algodão. — "Tesouro da Juventude", ns. XV, XVII. — Elucidário.

## A

AVES — Tesouro da Juventude, números 4, 5, 8, 10, 14; Tico-Tico n.º 47; Ler e Aprender; Leitura manuscrita; Vêia Escolar; Aves do Brasil; Da Ema ao Beija-Flor.

Como dispensar a secção "dicionário", numa Biblioteca? Como a dispensar se é através dela que conhecemos o vigor, a actualidade e a selecção dos livros?

Fixamos essa parte porque é uma das que mais trabalho exigem da Bibliotecária, pois sem um exame minucioso de todo o material existente na Biblioteca, não será possível organizar, para cada assunto a lista de livros ou a bibliografia correspondente.

A secção "crítica da bibliotecária" prende-se à selecção dos livros e deve ser organizada de modo que nenhuma obra figure nas estantes sem que a respectiva ficha lhe retrate o conteúdo.

Exemplos:

G

### CARIMPEIRO DO RIO DAS GARÇAS

*Lobato*

Literatura.

Dinâmico, atraente, vocabulário acessível até para 2.º ano. Cheio de humor do princípio ao fim. Aventura e graça.

*Ponto fraco* — A expressão "Conde de Quízena" por causa da explicação que se lhe segue.

II

### HISTÓRIA DO CAFÉ

Aequarone

Informação. Forma história. Pobre de incidentes e vida. Princípio muito bom e interessante. Depois cheio de datas. Documentação farta. Ilustração boa. Vocabulário regular. Serve para 4.º ano, com leitura dirigida. Há um lãpso moral à página 86.

X

### CADERNINHO DE NOTAS

O caderninho de notas constitui um dos meios mais eficientes de que podemos lançar mão para habituar o aluno a tirar proveito da leitura.

Quem toma notas é forçado a seleccionar idéias, e quem as selecciona adquire melhor compreensão.

Nenhuma mal existe no fato de o aluno aproveitar-se das novas experiências, empregando-as em seus trabalhos, pois é principalmente imitando que se aprende.

É imprescindível, entretanto, que o professor dê valor às anotações, motivando com elas suas aulas e estimulando, assim, o prosseguimento das pesquisas.

O caderninho passa a ser um traço de união entre as atividades da Biblioteca e as da classe. Com isso, o rendimento escolar poderá ser aumentado, multiplicado, talvez, pelo número de livros lidos e de notas tomadas.

De acôrdo com a idade, os alunos têm interêsses comuns, mas certas minúcias do gôsto oscilam, obedecendo à força de outros elementos, como o meio, o sexo, etc.

O caderninho de notas vem facilitar a tarefa do educador, pondo-o ao par dêsses interêsses, o que significa recursos novos para guiar cada discípulo, através das preferências reveladas.

Exemplificando, citaremos trechos colhidos das composições dos alunos, onde notamos o aproveitamento de expressões dos livros de leitura mais familiares:

"Lá em minha casa há um belo jardim, com lindas rosas, com lindas rosas vermelhas."

(A parte grifada encontrámo-la na Cartilha Analítica, página 24). (Aluno de 3.º ano).

"A Bandeira Nacional é uma das mais belas, porque tem um losango amarelo em fundo verde". (Meninice Fleury, página 32). Aluno de 4.º ano.

## X I

## A BIBLIOTECA DE CLASSE

A Biblioteca de classe consiste num punhado de livros adaptados ao ano e guardados na pequena estante da sala de aula. Não precisa estar sujeita a regulamento e, se o estiver, será particular, conforme o gosto da professora.

A Biblioteca de classe é mais íntima das crianças e seus livros rigorosamente selecionados, de acordo com o ano a que se destinam.

A Biblioteca de classe é uma necessidade que aparece desde o 1.º ano, pelo interesse que desperta e pelos vários auxílios que presta ao professor, principalmente na questão de disciplina, dando ocupação aos alunos mais rápidos e evitando assim que se desviem para brinquedos inoportunos. É um recurso, um meio excelente de aproveitarmos as horas vagas e irmos habituando as crianças a recorrerem à leitura, preferindo-a sempre às atividades menos lucrativas.

A Biblioteca de classe deverá representar uma espécie de exercício suplementar, pronta a satisfazer diferenças individuais, mas sem caráter obrigatório, para que possa alcançar os seus objetivos.

(Continúa)

NAIR STARLING

. . .

## PALAVRAS DE MESTRES

*O espírito da criança nos escapa com tanta presteza como o de um chefe inimigo à sábia estratégia do general. A este como ao educador é difícil saber o que pretende e o que pensa, o que sabe e o que ignora o inimigo. É à adivinhação e à intuição que teremos de pedir auxílio, e não à pedagogia geral e à ciência estratégica.*

WILLIAM JAMES

Comemorando  
a Semana  
da Criança



Grupo Escolar  
"Torquato de Almeida"

Vários aspectos da grande exposição de brinquedos, verduras e trabalhos escolares, organizada pelos alunos, na Semana da Criança.



## A formação de historiadores nas Universidades dos EE. UU.

ALEXANDER MARCHANT

Já notei, há muitas pessoas que acham a profissão de historiador um pouco misteriosa. Essas pessoas estudaram a história nas escolas. Talvez gostem de topografias, ou de livros sobre a história dos outros países. Mas para certas questões ficam sem solução: Que é o historiador? Que faz o historiador? Como é que qualquer pessoa se torna historiador? Não posso dar senão uma resposta incompleta.

Com a devida permissão vou concentrar a minha resposta sobre um aspecto de história e historiografia de que sou um modesto curioso: a formação de historiadores nas universidades dos Estados Unidos. Não vou falar pormenorizadamente de certas e determinadas universidades, mas oferecerei uma síntese completa do que se pratica nas maiores universidades. Nos poucos minutos de que disponho, não terei oportunidade de descrever a evolução de estudos históricos nesses centros.

Começo com um credo pessoal. Não creio que qualquer pessoa possa se transformar em historiador. Creio que o interesse em estudar e escrever história é um reflexo do temperamento e personalidade de cada um. Há indivíduos com esse pendor, justamente como há pessoas inclinadas à química ou à economia, e acho que é desafortunado não levarmos em conta a vocação do historiador. Para ser mais exato, disse que o historiador é nato e não feito.



Mas, considerando tal vocação, acompanhemos a vida de um estudioso dessa matéria nas universidades.

Em qualquer das maiores universidades, o Departamento de História existe para aperfeiçoar os estudantes superiores na técnica e nos métodos de História. O principal reside na metodologia. Os professores geralmente são especialistas, quer nesta fase, quer em qualquer outra de história, como na da Europa, da América, ou da Ásia, ou ainda em história econômica, política ou social. A matéria dos estudos de qualquer professor varia com os pendores de cada um, mas eles concordam entre si sobre os métodos a serem empregados para analisar e desenvolver essa matéria.

O estudante toma aulas sobre os diversos aspectos de história afim de ampliar a base do seu conhecimento — para aprender de modo tão completo quanto possível os dados da existência de seres humanos do mundo. Mas a parte essencial do seu aperfeiçoamento é o curso de metodologia. Este varia, conforme a inclinação dos professores. Em geral, porém, o estudante recebe instrução sobre dois setores de sua futura carreira. Em primeiro lugar, é instruído cuidadosa e extensivamente sobre a bibliografia de história. Percorre as obras primas dos grandes historiadores do passado e do presente, e aprende como apreciar as contribuições de cada um para o nosso conhecimento do passado. Em seguida passa a manifestar-se com toda a crítica ao seu alcance sobre diversas teorias e interpretações da História já enunciadas, de modo que possa formular por si mesmo uma resposta pessoal à pergunta: "Que é a história?"

Em segundo lugar, toma parte em aulas intensivas num "seminário" e começa a escrever ligeiros estudos sobre temas de história. O que escreve é logo submetido à apreciação rigorosa dos professores e dos outros estudantes. Nesta fase de seus estudos, o novato aprende duas coisas: como escrever história e como avaliar a história escrita por outros. Não posso ressaltar demais esta fase, porque é nela que o estudante se torna criterioso e juiz seguro dos elementos da sua arte.

O estudante numa universidade tem que apresentar e defender tese para ser doutorado. Quais são os moldes que regem este primeiro livro de neófito? Como aplicar as lições do curso intensivo de metodologia?

Primeiramente, é opinião geral que o livro, isto é, a tese tem que conter contribuição original tratando de um assunto ou de um aspecto ainda não discutidos por outros historiadores. Em segundo lugar, a obra deve ser baseada em documentos originais. No caso de uma biografia, por exemplo, nos escritos, na correspondência, e nos outros documentos do biografado. Tratando-se de um trabalho relativo à história econômica recente, sobre os relatórios e demais documentos de casas comerciais ou industriais, etc.

Como regra geral, esta documentação consiste em matéria ainda inédita depositada em arquivos públicos ou particulares.

Além disso, o jovem historiador deve publicar os resultados do seu estudo, porque trabalho que fica inacessível ao público é trabalho perdido.

Vencida a sua vida laboriosa na universidade, tem ainda de se estabelecer na carreira profissional. Usualmente, a maioria de historiadores americanos dedica-se ao ensino de história para ganhar a vida, continuando, entretanto, a escrever e a pesquisar.

Ao sintetizar a formação dos historiadores, acho que devemos pensar um momento num conceito já velho, que grandemente influira e ainda influe no espírito dos mesmos. É a teoria de que o historiador tem de manter sempre uma objetividade absoluta, não permitindo jamais predileções pessoais nos seus livros. Tenho a impressão de que nos Estados Unidos reconhecemos que esse requisito não possa ser alcançado nem pelos historiadores nem pelos mais estudiosos de outros assuntos. Para ser completamente objetivo, o historiador deveria reconstituir uma época do passado sem deixar de lado nenhum detalhe. Não pode conseguir isso, porque as básicas do estudo foram em parte destruídas pelo tempo ou por outras circunstâncias, e por isso nunca são

completas. Ademais, o historiador escolhe entre os elementos do passado os que mais o interessam. Nesta seleção emprege certo critério, algum reflexo do que acha mais importante ou significativo. Mas, graças ao seu temperamento de historiador e ao aperfeiçoamento que recebeu, o nosso estudioso tem a obrigação de se resguardar de seus próprios preconceitos e pendores e de não introduzir indevidamente suas predileções pessoais. Deve ter a preocupação de apresentar ao leitor uma análise ou uma descrição tão exata quanto possível de um aspecto do passado.

Há mais uma pergunta: como o historiador escolhe o assunto de que vai tratar? Para esta pergunta não há resposta. Aos senhores nada mais resta do que os livros de história nas bibliotecas e livrarias para ver que o historiador, como qualquer outra pessoa, pode interessar-se em qualquer setor da atividade humana.

ALEXANDER MARCHANT

\* \* \*

#### PALAVRAS DE MESTRES

*Seja uma habilidade, seja uma idéia, seja um controle emocional, seja uma atitude ou uma apreciação, só as aprendemos se as praticamos.*

ANÍSIO TEIXEIRA

\* \* \*

*Como a moralidade reside única e exclusivamente na própria vontade, determinada por uma reta inteligência, é evidente, antes de tudo, que a educação moral não deve cuidar do aspecto exterior das ações, devendo, antes, desenvolver na alma da criança essa inteligência, juntamente com a vontade a ela acomodada.*

J. F. HERBERT

## Como devem falar as nossas crianças

DULCIE KANITZ VIANA

*Uma bem orientada secção dominical de Pedagogia está sendo publicada pelo diário carioca "O JORNAL", e dela vimos transcrevendo páginas que recomendamos ao professorado. "Como devem falar as nossas crianças" foi o tema oportuníssimo escolhido pela técnica do ensino prof. Dulcie Kanitz Viana em duas palestras para professores primários do Curso de Férias "Franklin Roosevelt", da A. B. E., palestras que aqui transcrevemos como uma contribuição valiosa ao estudo de um assunto de interesse para os educadores.*

#### *Desenvolvimento da linguagem*

O domínio da linguagem, ou seja a capacidade de exprimir com desembaraço, o pensamento, por meio da palavra, representa, incontestavelmente, um dos maiores fatores de êxito na vida.

Essa estreita relação que existe entre a palavra e o pensamento nos mostra que aprender a falar bem é aprender a pensar, a dar seqüência aos fatos, a falar com nexos, a falar com lógica, o que equivale a dizer que, para desenvolver a linguagem fez-se mister desenvolver o pensamento.

A linguagem da criança vem sendo estudada sob diversos aspectos por professores e psicólogos estrangeiros e nacionais. Dentre os primeiros destacaremos Charlotte Buher, Thorndike, Gessell, Piaget e outros. No Brasil pesquisas e observações para estudo da linguagem da criança têm sido feitas por Helena Antipoff, professora de Psicologia da Esco-

la de Aperfeiçoamento Pedagógico de Belo Horizonte, e Lúcia Schmidt Casasanta, professora de metodologia da Língua Pátria da mesma escola; pelo professor Lourenço Filho quando diretor do Instituto de Educação do Distrito Federal, em colaboração com a professora Heloisa Marinho, então assistente de Psicologia Educacional da Escola de Professores daquele Instituto; pelo técnico de educação Manuel Marques de Carvalho, chefe da Seção de Inquiridos e Pesquisas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com a colaboração de uma comissão de professores de renome.

Tôdas essas observações têm mostrado que o pensamento da criança é, a princípio, egocêntrico; que antes dos 7 anos as crianças falam constantemente, sem dar atenção às outras, nem responder umas às outras; que só progressiva e lentamente elas conseguem apropriar-se dos símbolos com que possam exprimir seus pensamentos bem como entrar em comunicação com o pensamento alheio.

Antes dessa idade, isto é, dos 7 anos, é na "conversa agida" de Piaget que iremos encontrar grande parte da conversação das crianças.

Nesse período a colaboração entre elas é acompanhada de gestos e faz-se não por palavras mas sobretudo pela reunião de imagens visuais. Pouco importa pois que a elucidação seja ou não completa. Desde que ela venha acompanhada de uma demonstração concreta a criança que ouve terá meios de suprir as falhas de expressão da criança que explica.

Tendo o objeto da explicação à vista é então capaz de imprimir direção própria ao pensamento e assim compreender melhor a explicação, embora tenha ela sido defeituosa. Assim sendo, nem sempre a compreensão está na dependência direta da explicação.

Quando porém a conversação se estabelece apenas no plano verbal abstrato, sem o auxílio de um "plano concreto", verificamos com frequência "uma incompreensão relativa" entre as crianças de 7 anos:

Primeiro: porque mesmo quando sua linguagem é socializada essa socialização abrange apenas os "produtos estáticos do pensamento" que é então "implícito" e não "explícito".

Segundo: porque em vez de dar a razão de ser dos fatos elas se limitam à justaposição das proposições, não se preocupando com o *como* nem com o *porque* dos acontecimentos.

Esse fenômeno da *justaposição* torna a criança incapaz de dar ordem a uma narrativa qualquer, o que viria garantir a explicação dos fatos. Ao invés disso divide, fragmenta o todo em diversas partes, prejudicando a sua compreensão. Caracteriza-se a verdadeira *justaposição* precisamente pela falta de coerência e de toda expressão verbal que marque uma ligação, e uma relação entre os fatos. As proposições justapostas aparecem às vészes ligadas por um "e" que pode ter significações diversas; o difícil é justamente saber se a criança tem consciência dos diferentes sentidos, se saberia exprimi-los e finalmente, se com essa justaposição, lograria fazer compreender ao interlocutor do que se trata, dado que pode ainda acontecer que o sentimento das ligações continue egocêntrico, ou seja incomunicável e quase inconsciente.

Quando, porém, duas crianças já tiveram ou têm no momento da conversa preocupações e idéias comuns, cada palavra da criança que fala é compreendida pela criança que ouve porque vai inserir-se ao esquema idêntico já existente e bem definido do interlocutor, ampliando-o, enriquecendo-o.

Não havendo entretanto esses esquemas comuns, "as palavras pronunciadas pelo explicador — como diz Piaget — suscitam, ao acaso, analogias, simples consonâncias, um esquema qualquer no espírito do interlocutor, que acredita então ter compreendido, quando na realidade continua simplesmente a pensar sem sair do seu egocentrismo". Tudo isso porque a criança que fala não sente, como sentem os adultos, que não está sendo compreendida, e nem é capaz de, como nós, procurar no pensamento do interlocutor uma base qualquer para adaptar seus pensamentos afim de poder ser então compreendida. Por sua vez, a criança que ouve, também não é capaz de perceber o que a separa da criança que fala nem

de adaptar suas idéias anteriormente adquiridas às idéias que lhe estão sendo apresentadas.

Observa-se, com muita frequência, que as crianças compreendem muitas vezes melhor os adultos do que se compreendem entre si. Isso acontece porque nós procuramos ser mais inteligíveis e para tal empregamos expressões mais concretas que nos colocam ao nível da compreensão das crianças.

Se a criança ingressa na escola precisamente por volta dos 7 anos, cabe então a nós, professores, promover o desenvolvimento do pensamento infantil dentro de situações necessárias ao enriquecimento de suas experiências, situações essas que a levem ao mais amplo conhecimento das coisas e das seres estabelecendo, as relações entre o mundo externo e seu pensamento, desenvolvimento em suma, sua linguagem.

Como é sabido a criança se desenvolve pelas próprias forças de seu organismo, suas experiências são adquiridas através de suas próprias atividades e sua linguagem representa o ritmo de sua própria ação.

Dando-lhe, porém, o professor o seu auxílio especial e cuidadoso, muito mais harmônico será o seu desenvolvimento, melhor satisfazendo assim ao objetivo da educação.

Na próxima palestra apresentaremos aos ouvintes algumas atividades espontâneas da linguagem infantil que merecem ser devidamente aproveitadas e dirigidas na escola.

#### *Atividades espontâneas da linguagem:*

A última palestra deve ter, nettamente, levado os ouvintes à conclusão de que, se através de atividades de que pensamento e linguagem possam progredir rápida e paralelamente.

A educação moderna, pois, preocupa-se em oferecer às crianças situações adequadas à libertação e conveniente direção de suas energias latentes. De momento em que as crianças gozam de liberdade de ação e de pensamento e sejam bem orientadas pelo professor, as atividades educativas são

estímulos verdadeiros que provocam o desenvolvimento da linguagem.

Dewey já dizia que "a atividade educativa deve ser entendida como uma libertação de forças e tendências e impulsos existentes no indivíduo e por ele mesmo trabalhados e exercitados e, portanto, dirigidos, porque sem direção eles não se poderiam exercitar".

E' bem de ver que, quanto mais favorável fôr o meio, o ambiente, ao desenvolvimento da atividade física e mental das crianças, tanto maiores serão as probabilidades de que suas experiências vitais, educativas, estejam concorrendo também para o desenvolvimento do pensamento, enriquecendo a linguagem de novas formas de expressão.

Antes de pretender sistematizar a correção dos erros frequentes de linguagem, cumpre à professora dar a seus alunos bastante liberdade de falar, de agir, de pensar:

*Primeiro* — Para que ela possa conhecer melhor as características e interêsses pessoais de seus alunos, suas experiências pré-escolares, seu poder de expressão oral, suas dificuldades de linguagem, as influências do meio familiar;

*Segundo* — Para que os alunos, por sua vez se adaptem melhor à escola, estabelecendo uma associação entre as experiências do lar e da escola e formando com elas uma situação única;

*Tercero* — Para levá-los a reações naturais, evitando-se assim a verbosidade excessiva e incoerente da parte de alguns, e a conhecida timidez e inibição que experimentam outros.

\* \* \*

Quais as atividades que, a par de outros valores, desenvolvem, sobretudo, a linguagem?

Sendo elas múltiplas e variadas, ser-nos-ia impossível, no decurso de tão rápida palestra, apresentar, em detalhes, um estudo sobre cada uma delas. Todavia, faremos uma apresentação rápida daquelas que, por sua natureza, mais

fácilmente colocam o aluno em condições de assimilá-las, integrando-as a si mesmos, tornando a criança capaz de agir convenientemente em novas situações posteriores às experiências educativas adquiridas, quer no lar, quer na escola:

*Primeira atividade — Conversa* — Atividade rica em valores e que, além de concorrer para adaptação do aluno ao meio escolar, oferece excelente oportunidade para o desenvolvimento da expressão oral, contribuindo para o enriquecimento das experiências infantis, alargando, cada vez mais, o campo das relações sociais da criança.

Mas, para falar com desembaraço, a criança, precisa não só ter alguma coisa a dizer, como também sentir vontade de dizê-la. Cabe então à professora levar o aluno a desejar contar suas experiências pessoais, a comunicar suas idéias a seus companheiros encorajando a criança a falar e a ouvir, a perguntar e a responder com a maior liberdade possível, sobre assuntos concretos e de interesse geral da classe:

*Segunda atividade — Narração de histórias* — É uma atividade que aumenta o vocabulário, dá forma e expressão à linguagem oral dos alunos, enriquece sensivelmente as experiências infantis, desenvolve a lógica, a capacidade de observação, de atenção e de julgamento, e ajuda a formação do caráter.

Contudo, para que essa atividade dê bons resultados, devem ser considerados muitos requisitos, não só quanto à escolha dos tipos de histórias mas também quanto à arte de saber contá-las. Lamentamos, apenas, que a carência de tempo não nos permita entrar em maiores detalhes.

*Terceira atividade — Dramatização* — Atividade essencialmente educativa, introduzida pela pedagogia renovada como aproveitamento da expansão natural e absolutamente necessária das crianças, no intuito de melhor e mais facilmente conhecer e aproveitar suas forças vivas, suas tendências, seus impulsos. Longe de ser uma representação estudada, ensaiada, roteada, visando a um certo público, pretende ser, ao contrário, criada no momento, apresentada com palavras próprias, na linguagem habitualmente falada pelas

crianças, esforçando-se elas apenas por fazê-lo de maneira correta e elegante. Atividade ao alcance experimental de qualquer criança, que nela poderá tomar parte seja como ator seja como mero espectador, a dramatização oferece um sem número de valores, não só para o enriquecimento da linguagem como também para a formação de hábitos e atitudes sociais desejáveis e difíceis de serem alcançados em outras atividades escolares.

É claro que, para se obter melhor resultado, deverá ela ser dividida em várias etapas, que se sucedem naturalmente e vão da *predisposição* da classe à atividade até a sua *apreciação e crítica*, sob a orientação da professora.

*Quarta atividade — Excursões* — Constituem uma atividade de alto valor, desde que precedidas de um plano bem feito e executado de modo a facilitar o aproveitamento das oportunidades que podem surgir. Com o interesse e ansiedade não auxiliará a criança à professora na elaboração de um plano de excursão a ser realizado, na escolha do local, do horário, do meio de transporte, da finalidade e das informações a serem colhidas! Durante a excursão, pela observação dos fatos e acontecimentos, de suas causas e efeitos, ir-se-á processando o desenvolvimento do pensamento, da lógica e, por consequência, da linguagem. Depois da excursão, surge ainda um vasto material para novas discussões, julgamentos e críticas, para novas atividades, novos conhecimentos.

*Quinta atividade — Fantoches* — Atividade excelente mas ainda pouco desenvolvida entre nós. Esses bonecos contribuem grandemente para o desenvolvimento da linguagem direta, da lógica, da imaginação, da expressão, de uma boa dicção.

*Sexta atividade — Gravuras* — Por se prestarem muito bem a enumerações, a comentários, a conversas, dão margem a um grande desenvolvimento da linguagem, pois sua finalidade máxima é desenvolver a lógica da criança. A maneira como devem ser dadas as gravuras obedece, todavia, a uma técnica toda especial.

*Sétima atividade — Desenho, modelagem e trabalhos manuais* — São também considerados formas de expressão, de linguagem implícita, meios para o desenvolvimento da lógica, para a concretização de idéias abstratas.

A premência de tempo impede-nos, contudo, de apresentar no momento muitas outras atividades que oferecem à criança oportunidades várias de organizar bem suas idéias, para depois, então, exprimir seu pensamento em linguagem clara, concisa, correta.

Aos interessados pelo assunto indicamos as seguintes leituras:

1 — Boletim n.º 27, publicação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, intitulada "A linguagem na idade pré-escolar" de autoria da professora Heloisa Marinho, e que, em apêndice, oferece farta bibliografia relativa aos estudos da linguagem infantil.

2 — Didática da Escola Nova, de Aguayo.

3 — Como ensinar linguagem no curso primário, por Firmino Costa.

4 — Programas de linguagem do Estado de Minas Gerais e do Distrito Federal.

5 — Volumes III e VI da coleção "The Classroom Teacher".

6 — The Primary School, de Mooce.

7 — Foundation of Language, de Louis Gray.

8 — Language teaching in the grades, por Alice Cooley.

9 — Special method in language, por Charles McMurry.

DULCIE KANITZ VIANA

(Transcrito de "O Jornal", do Rio).

## O grande confessor de Viena

JAIME CARDOSO

Quando Freud morreu, uns dos que, deixando-se antes impressionar pelo espectáculo do seu exílio do que pela grandeza do seu sistema, ficaram de olhos fitos no exemplo de um velho exilado cuja desapareição era como o primeiro, ou um dos primeiros gestos das hostilidades em inicio. Freud desapareceu no momento em que dramáticas reacções punham em jôgo a serenidade dos juízos e a paz das consciências. Aos oitenta anos, terminada uma grande obra, vivida uma longa vida, que admira o tenhamos esquecido um pouco? Ah! estava a guerra. Só ela nos preocupava.

Deixei-me depois, impressionar pelo simbolismo da sua desapareição. Freud era uma das imagens de Viena — no que Viena teve sempre de espiritual e profundo. De espiritual, sim. E de profundo também. Bem sei que, rotulando o criador da psicanálise, *espiritual* parecerá, a muitos censores, exagerado ou deslocado... Não seréi eu quem me prive de classificar assim uma criação do espirito — sejam quaes forem as restrições de adversários tantas vêzes suspeitos — *et pour cause* — e as íntimas relações da psicanálise com a simples e harmoniosa matéria, na sua expressão menos elevada e transcendente. A Medeiros, que foi sempre lucido e muitas vêzes justo, não escapou a razão da antipatia de tantas almas bem formadas — chamemo-lhes assim — em contacto com a escandalosa teoria. Escandalosa, disse eu, pensando em certa classe de espíritos para quem Freud constituiu sempre uma espécie de teatro só para homens, ou de anedotário roubado ás cenas dêsse teatro.

Não sabendo falar de um escritor, de um filósofo, de um cientista ou de uma artista sem lhe evocar uma zona biográfica ou, no mínimo, um traço fisionômico, eu não saberia falar de Freud sem dizer que o seu drama final me persegue como a própria imagem daquela Viena, que foi a Viena de Freud. Tendo-lhe sobrevivido um pouco, morreram, afinal, ao mesmo tempo. Viena um pouco antes...

Ha toda uma potencialidade de tragédia mitológica na simples evocação das três sílabas ao mesmo tempo sutis e teatrais. Lendo, há meses, a admirável conferência de Paul Geraldí sobre a capital dos Habsburgos em tudo o que ela teve de doce e em tudo o que ela teve de trágico, aceitei, ainda um vçz, o capricho das predestinações como única explicação possível do destino de certas criaturas, de certas famílias, de alguns povos e de algumas capitais. A fatalidade dos Habsburgos transmitiu-se a tudo o que os cercava. Era uma fatalidade por ação catalítica, por simples e dolorosa ação de presença...

Freud que eu ignoro se terá sido um gozador — viveu todo o drama de Viena. Viveu, também — ou poderia ter vivido — toda a sua felicidade, viu-a gloriosa e humilde, gozadora e triste, mas sempre musical, viu-a voluptuosa e sábia. E quando deixou de a vêr assim — morreu.

Ignoro se naquela admirável corporação que era a Faculdade médica vienense chegaram a dar-lhe a cátedra durante tantos anos negada ao grande médico da alma. (Outra expressão revoltante, dirão os que discordarem de Freud: mas não faltará quem concorde com as minhas expressões revoltantes...). Os cursos de Freud eram livres e conquanto realizados na Faculdade, e para a Faculdade, não chegaram a constituir uma catedra oficial. É o que nos diz um dos seus biógrafos — e não creio tenha havido alteração nêse injusto estado de coisas. Tanto mais injusto quanto era bem certo que nada o explicava. Os mestres de Viena foram sempre espíritos livres e claros. Apegavam-se, o menos possível, a preconceitos ou só se apegavam na medida em que todo cientista se apega ás suas razões. É uma fatalidade ne-

cessária, compensada pelos frutos da grande árvore... Alguns, quasi todos, terminadas as tarefas docentes e hospitalares, refugiavam-se entre músicas e risos. Um dêles, grande entre os maiores ginecólogos, morreu jovem, exgotado de ciência e de prazer. Nesse magnífico cirurgião, que deu o nome á mais celebrada, talvez, entre todas as tecnicas de histerectomia total, eu vejo e continuo a encontrar um símbolo perfeito de Viena. Morrer assim, entre a ciência e o prazer: que vida! Géraldy ignora-a, com certeza. O mundo de Géraldy é outro. Nem ficaria bem, ao poeta de *Toi et Moi*, falar destes feios assuntos de cirúrgia mutiladora...

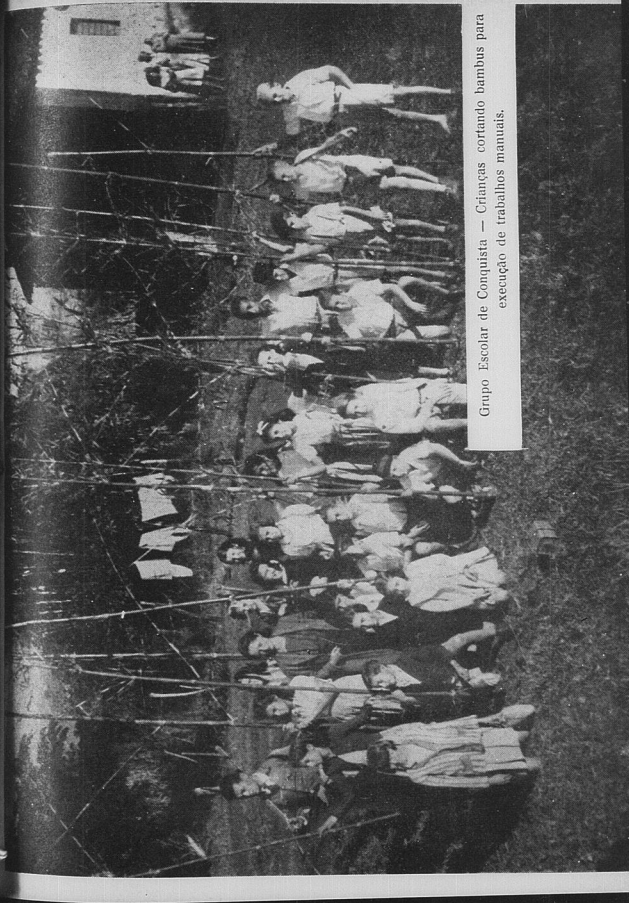
Foi sempre outro o caso de Freud. Mas foi, por igual, uma caso simbólico. Naquele ambiente permanentemente excitado, era natural surgisse um irmão-leigo da grande confraria dos confesores. Porque Freud foi antes de mais nada, e acima de qualquer outro, um grande confessor. Entre os seus possíveis precursores, só um merece o título: Santo Ignácio de Loyola. A comparação está feita, em tratados de psicanálise e biografias minuciosas. A confissão, como sistema de libertação, é rigorosamente igual na obra do fidalgo-jesuita e na do médico-judeu. E é, também, a parte mais sólida da doutrina freudiana. Sejam quais forem as restrições que lhe faça, um dia, o futuro, a *catarsis*, como evidenciadora e libertadora de complexos, atestará o realismo da terapêutica de Freud. Em última análise poderemos dizer que os remédios de Freud eram de uso bastante fácil e se resumiam nesta virtude bem vienense: a sociabilidade...

Confessando-nos e convivendo, curamo-nos de obsessões e fobias. Tudo se resume, pois, ou quasi tudo, em conversar. Os próprios sonhos perdem a quantidade de mistério que todo sonho trás em si — quando chegamos a interpretar a sua simbólica, a iluminar os seus mal revelados labirintos. Eu sei: Freud exagerou a simbólica dos sonhos. Estamos de acôrdo. Não exageremos, entretanto, as bases do nosso acôrdo...

A morte das doutrinas faz parte do cenário mais comum da vida quotidiana. E há dois remédios positivos para

provar a inaturalidade de uma doutrina: provar que ela não é original — e demonstrar que não satisfaz a todas as nossas necessidades atuais. Colocada nos seus elementos de formação histórica, uma doutrina é justamente isso: uma criação provisória, que veio de muito antes e cuja capacidade de resistência, e, portanto, de criação pessoal, só se poderá medir em função do futuro e de posteriores doutrinas. Nenhuma é absolutamente original. Talvez nenhuma tenha sido absolutamente desprezível. A grande surpresa da psicanálise e a razão de ser do seu descrédito continuam a ser fundamentalmente morais. Antes de dizerem que ela é falsa, os seus contraditores insistem em que é imoral. Seria, talvez, o momento de provar que, imoral, ela já o foi mais do que hoje. Ha trinta anos, era obscena. Passou a ser, depois, imprópria para menores. Hoje, é apenas um todo nada inconveniente, de acordo com as circunstâncias e os auditórios. Queiram ou não, a evolução é manifesta...

Depois, do ponto de vista educativo e prático, as vantagens de psicanálise são incomputáveis. Pedagogos e psicólogos, até quando a desprezam, sempre a utilizam um pouco. E a vida, no seu trato diário, passou a explicar-se, em muitas das suas mais imprecisas manifestações, através dos métodos de rebusca utilizados por Freud e seus discípulos. A crítica literária e a crítica de arte não deram tudo o que de ambas podemos esperar quando bem conduzidas através de um rigoroso sistema de interpretação psicanalítica. Não poucos escritores de língua portuguesa aguardam o analista sereno e sem preconceitos, formado na leitura do grande confessor capaz de estabelecer com a necessária nitidez e complexo de cada qual, na sugestiva cadeia do nosso romance e da nossa poesia. Sejamos, além do mais, gratos à memória do exilado no que a sua ação teve de luminoso e efervescente — quero referir-me à poderosa descendência de psicólogos mais ou menos ligados, alguns profundamente, às taboas do Sinai vienense: Adler, Jung, tantos mais, herdeiros de Freud até quando o contraditavam. Que tenha havido psicanalistas "suburbanos", como disse, a tempo um bom en-



Grupo Escolar de Conquista — Crianças cortando bambus para execução de trabalhos manuais.



saista nosso, a culpa não é de Freud. Que a análise dos sonhos tenha brotado, como uma praga, á margem de preocupações futilísimas, constituindo, ela também, uma fútil preocupação de donzelas mal acordadas, não sei em que o fato prejudicará o sistema ou diminuirá o seu metodizador. Que se tenha falado da psicanálise como se fala do *bridge*, em sociedade, considerando-a antes um passatempo do que uma técnica — enfim, tudo acontece, e a geometria de d'Alembert preocupou as preciosas do século, sem deixar, por isso, de ser profunda e perfeita geometria... A realidade é outra. Poderá discutir-se um ou outro dos seus aforismas, encontrar exagêro nesta ou naquela das suas interpretações. Sem a obra de Freud, entretanto, alguma coisa nos faltaria. E nunca se faria luz, a necessária luz, em alguns recantos discretos ou confidenciais da personalidade humana.

JAIME CARDOSO

(Transcrito de "O Jornal", do Rio).

\* \* \*

AS COLEÇÕES dos anos anteriores da  
"Revista do Ensino" são vendidas a  
Cr\$ 50,00 cada uma. Pedidos à Direção.

## Legislação Estadual

DECRETO-LEI N.º 1.666, DE 28 DE JANEIRO DE 1946

(TRANSFORMA A ESCOLA NORMAL DE BELO HORIZONTE EM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS)

O Interventor Federal no Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o decreto-lei federal n.º 8.530, de 2 de janeiro do corrente ano, decreta:

Art. 1.º — Fica adaptada a Escola Normal de Belo Horizonte à Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada com o decreto-lei federal n.º 8.530, de 2 de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º — Passa a denominar-se Instituto de Educação de Minas Gerais a atual Escola Normal de Belo Horizonte, compreendendo os seguintes cursos:

- a) de ciclo ginásial do ensino secundário;
- b) de segundo ciclo do ensino normal — curso de formação de professores — com a duração de 3 anos.
- c) de especialização e administração escolar, com a duração de 2 anos.

Art. 3.º — Funcionário anexos ao Instituto de Educação de Minas Gerais um grupo escolar e um jardim de infância.

Art. 4.º — A atual Escola de Aperfeiçoamento passa a fazer parte do Instituto de Educação de Minas Gerais, constituindo os cursos especializados da letra "c" do art. 2.º deste decreto-lei.

Art. 5.º — O curso ginásial compor-se-á de vinte e duas cadeiras, assim distribuídas:

- Português — 3.
- Latim — 2.
- Francês — 2.
- Inglês — 2.

- História Geral — 1.
- História do Brasil — 1.
- Matemática — 2.
- Ciências — 1.
- Trabalhos manuais — 1.
- Economia doméstica — 1.
- Desenho — 1.
- Educação Física — 2.
- Canto — 1.
- Geografia Geral — 1.
- Geografia do Brasil — 1.

Art. 6.º — O curso de Formação de Professores Primários compor-se-á de dezenove cadeiras, assim distribuídas:

- Português — 1.
- Matemática — 2.
- Física e Química — 1.
- Anatomia e Fisiologia Humanas — 1.
- Biologia Educacional — 1.
- Psicologia Educacional — 2.
- Sociologia Educacional — 1.
- Higiene, Puericultura e Educação Sanitária — 1.
- Metodologia do Ensino Primário — 4.
- História e Filosofia da Educação — 1.
- Desenho e Artes Aplicadas — 2.
- Música e Canto — 1.
- Educação Física, Recreação e Jogos — 1.

Art. 7.º — Os cursos de Especialização e Administração Escolar, enquanto não forem regulamentados pelo Governo Federal, terão a seguinte organização:

a) Curso de Administração Escolar, com 10 cadeiras, assim distribuídas:

- Psicologia — 1.
- Metodologia da Língua Pátria — 1.
- Metodologia da Aritmética — 1.
- Metodologia da Geografia e História — 1.
- Metodologia das Ciências Naturais — 1.

- Desenho e Artes Aplicadas — 1.  
 Organização Escolar — 1.  
 Filosofia da Educação — 1.  
 Estatística — 1.  
 Educação Física, Recreação e Jogos — 1.

b) Curso de Especialização, com 5 ramos: Educação Pré-Primária, Didática do Curso Complementar, Didática do Ensino Supletivo, Didática de Desenho e Artes Aplicadas, Didáticas de Música e Canto.

Parágrafo único. — As aulas do Curso de Especialização serão ministradas pelos professores do Curso de Administração Escolar e pelos assistentes do Laboratório de Psicologia, recebendo estes últimos a remuneração respectiva pela verba de aulas extraordinárias.

Art. 8.º — Os atuais alunos da Escola Normal de Belo Horizonte e da Escola de Aperfeiçoamento serão classificados nas séries do curso do Instituto de Educação de Minas Gerais, da seguinte maneira:

- a) os alunos do 2.º ano de adaptação e 1.º e 2.º anos do curso de preparatórios ficarão classificados nas 2.ª, 3.ª e 4.ª séries ginasial, respectivamente;  
 b) Os alunos do 3.º ano preparatório e 1.º e 2.º anos de aplicação ficarão classificados na 1.ª, 2.ª e 3.ª séries do curso de formação de professores;

c) Os alunos do 2.º ano da Escola de Aperfeiçoamento ficarão classificados no curso de Administração Escolar.

Parágrafo único. — Os certificados de conclusão de curso fornecidos aos alunos a que se refere a letra "a" deste artigo somente assegurarão direito de ingresso dos seus portadores ao curso de Formação de Professores no Estado de Minas Gerais, não lhes conferindo as prerrogativas do ciclo ginasial.

Art. 9.º — Além dos cursos instituídos por este decreto-lei, o Instituto de Educação de Minas Gerais manterá os seguintes órgãos:

- 1) Secretaria.
- 2) Laboratório de Psicologia.

- 3) Laboratório de Ciências e Museu.
- 4) Biblioteca Geral.
- 5) Biblioteca Especializada do Curso de Especialização e Administração.
- 6) Portaria.

Art. 10 — O Instituto de Educação de Minas Gerais será administrado por um Diretor, auxiliado por 4 sub-diretores e um auxiliar, tendo cada um destes, a seu cargo, os cursos especificados nos artigos 2.º e 3.º.

§ 1.º — As atribuições dos subdiretores e do auxiliar serão definidas pelo Diretor do Instituto.

§ 2.º — Ficam classificados como Diretor do Instituto de Educação de Minas Gerais, subdiretor do Curso de Especialização e Administração Escolar, subdiretor do Curso de Formação e subdiretor do Curso Ginasial, respectivamente, o Diretor da Escola Normal, o Diretor da Escola de Aperfeiçoamento, o vice-diretor da Escola Normal e o Diretor do atual Curso de Adaptação da Escola Normal.

Art. 11 — Os professores, funcionários e respectivos vencimentos serão os constantes da tabela anexa.

Art. 12 — Os professores e funcionários da Escola Normal e da Escola de Aperfeiçoamento que, por força da adaptação processada neste Decreto-lei, não forem nomeados ou aproveitados no quadro a que se refere o artigo anterior, serão designados para outras funções no Instituto, ou em estabelecimento diverso, com os proventos de seus cargos efetivos.

Art. 13 — Enquanto não for regulamentado o preesnte Decreto-lei, o Instituto de Educação de Minas Gerais reger-se-á pelos programas e regulamentos a que estavam sujeitas a Escola Normal e a Escola de Aperfeiçoamento, no que não colidir com os dispositivos deste Decreto-lei e da Lei Orgânica do Ensino Normal. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Instituto, com anuência prévia do Secretário da Educação.

Art. 14 — Os cursos anexos, o grupo escolar e o jardim de infância ficarão sujeitos à legislação do Ensino Primário

e Pré-primário e os respectivos professores serão classificadas no quadro do professorado primário da Capital.

Art. 15 — As despesas resultantes deste Decreto-lei correrão por conta das verbas orçamentárias destinadas à Escola Normal e à Escola de Aperfeiçoamento.

Art. 16 — Revogam-se as disposições em contrário, entrando este Decreto-lei em vigor, na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, 28 de janeiro de 1946.

NISIO BATISTA DE OLIVEIRA,

Iago Vitoriano Pimentel,

Antônio Martins Vilas Boas,

Antônio Vieira Braga,

Antônio Mourão Guimarães,

José de Carvalho Lopes.

TABELA ANEXA AO DECRETO-LEI N.º 1.666, DE 28 DE JANEIRO DE 1946

	Vencimento anual
	Cr \$
1 Diretor .....	36.000,00
1 Sub-Diretor do Curso de Especialização e Administração .....	28.800,00
1 Sub-Diretor do Curso de Formação .....	24.000,00
1 Sub-Diretor do Curso Ginasial .....	18.000,00
1 Sub-Diretor do Grupo Escolar .....	12.600,00
1 Auxiliar de Jardim de Infância .....	9.360,00
10 Professores do Curso de Especialização e Administração .....	21.600,00
19 Professores do Curso de Formação, a .....	18.000,00
23 Professores do Curso Ginasial, a .....	12.000,00
5 Assistentes do Laboratório de Psicologia, a .....	11.160,00
2 Bibliotecários, a .....	10.200,00
6 Assistentes de Biblioteca, a .....	9.360,00
1 Preparador de Laboratório e Museu .....	15.600,00
3 Assistentes de Laboratório e Museu, a .....	9.360,00
1 Secretário .....	15.600,00
4 Amanuenses, a .....	10.440,00
8 Escrivãos, a .....	7.200,00
2 Dactilógrafos, a .....	6.120,00
12 Inspetores de alunos, a .....	7.560,00
1 Auxiliar de Administração .....	11.160,00
1 Porteiro .....	9.360,00
2 Contínuos, a .....	6.840,00
22 Serventes, a .....	4.800,00

## Departamento de Educação

PORTARIA N.º 3

### Regulamentação do Departamento de Educação

O Secretário da Educação e Saúde Pública, tendo em vista o que dispõe o decreto-lei n.º 1.622, de 10 de janeiro do corrente, resolve dar a organização seguinte ao Departamento de Educação:

O Departamento de Educação, que funcionará como órgão técnico-pedagógico da Secretaria da Educação e Saúde Pública, compreende uma Superintendência, uma Chefia de Serviço, três Subchefias e uma Secção Administrativa.

### Da Superintendência

#### Compete ao Superintendente:

Coordenar e dirigir as atividades atinentes ao Departamento de Educação e definidas nesta portaria, incumbindo-lhe, principalmente:

a) reunir mensalmente o Chefe, os Subchefes, o Chefe da Secção Administrativa e funcionários especializados para estudo e debate dos problemas inerentes ou ligados aos serviços de que se acham encarregados e ao ensino em geral;

b) fazer elaborar, de ordem do Secretário, pelos órgãos técnicos e administrativos do D. E., as reformas escolares, programas de ensino ou regulamentos que se fizerem necessários;

c) superintender e promover a fiscalização dos cursos especiais existentes, bem como os que forem de futuro orga-

nizados para aperfeiçoamento do professorado e do pessoal técnico;

d) dar instruções técnicas e administrativas aos inspetores técnicos regionais;

e) promover a orientação técnica dos diretores e professores dos estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado;

f) determinar a codificação das leis e regulamentos do ensino, consolidando, anualmente, as disposições publicadas;

g) representar ao Secretário sobre irregularidade ou deficiências observadas nos estabelecimentos de ensino ou sobre faltas de cumprimento de deveres por parte do pessoal técnico;

h) promover e orientar a propaganda da educação e da cultura no Estado;

i) porpor ao Secretário, sempre que possível, a visita de educadores de outros Estados e do estrangeiro a estabelecimentos de ensino e educação mantidos pelo Estado;

j) sugerir, sempre que possível, a visita de educadores mineiros a estabelecimentos de educação de outros pontos do país ou do estrangeiro;

k) incentivar e orientar a iniciativa particular na criação de funcionamento de estabelecimentos, instituições e associações escolares, fornecendo-lhes todas as informações de que precisarem para sua eficiente instalação e funcionamento;

l) incentivar a instalação de caixas escolares e demais instituições educativas e auxiliares do ensino;

m) fornecer aos demais Departamentos da Secretaria, quando o solicitarem tôdas as informações necessárias para melhor esclarecimento ou solução de problemas a cargo dos mesmos;

n) fazer responder às consultas, que lhe forem feitas, sobre assuntos de competência do Departamento, submetendo ao Secretário, com o seu parecer, as que envolvam interpretação de leis e regulamentos;

o) propor ao Secretário a transferência dos inspetores técnicos regionais de uma para outra circunscrição;

p) distribuir os subchefes nas diversas Subchefias;

q) designar um funcionário para dirigir a "Revista do Ensino";

r) determinar as atribuições do pessoal técnico e administrativo de D. E., modificando-as sempre que julgar a medida como de interesse de serviço;

s) promover sempre que possível, separadamente, cursos de férias para os inspetores técnicos regionais, diretores e técnicas assistentes dos estabelecimentos de ensino primário;

t) propor ao Secretário, sempre que o impuser o interesse do ensino, as alterações que julgar necessárias na distribuição das técnicas-assistentes pelos estabelecimentos de ensino primário;

u) despachar todos os processos que tenham sido ultimados na Secção Administrativa e que não envolvam dúvidas quanto à interpretação de textos legais ou regulamentares, cabendo dêsse despacho recurso suspensivo para o Secretário, o qual poderá ser interposto dentro do prazo de 20 dias;

v) o Superintendente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Chefe de Serviço.

#### *Da Chefia de Serviço*

Incumbe ao Chefe de Serviço:

a) coordenar e orientar, de acôrdo com as determinações do Superintendente, os trabalhos da Subchefias e da Secção Administrativa;

b) cumprir e fazer cumprir as determinações do Superintendente;

c) emitir parecer sobre a parte técnica dos relatórios de outros Departamentos, que lhe forem encaminhados pelo Superintendente;

d) determinar a 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Subchefias, conforme o caso, a organização da ficha profissional dos inspetores técnicos regionais, diretores e professores dos estabelecimentos de ensino do Estado;

e) distribuir à competentes Subchefia o estudo dos relatórios e sugestões relativas ao ensino;

f) opinar sobre os assuntos examinados pelas Subchefias e que tenham de ser submetidos à consideração do Superintendente;

g) propor ao Superintendente, justificando-as, as medidas convenientes ao serviço das Subchefias e da Secção Administrativa, dos inspetores técnicos regionais, diretores e técnicas assistentes;

h) nas suas faltas e impedimentos o Chefe de Serviço será substituído pelo Subchefe que fôr designado pelo Secretário.

#### *Das Subchefias*

Compete às Subchefias cumprir as ordens baixadas pelo Superintendente e Chefe de Serviço e, em especial, o seguinte:

II — A 1.<sup>a</sup> Subchefia, os serviços de propaganda e difusão cultural, tendo a seu cargo:

- 1) "Revista do Ensino";
- 2) Boletins pedagógicos;
- 3) Anuário do Ensino;
- 4) Comunicados à Imprensa;
- 5) Hora Escolar;
- 6) Comemorações e festas civico-escolares;
- 7) Cinema Educativo;
- 8) Filhoteca;
- 9) Discoteca;
- 10) Biblioteca.

III) — A 2.<sup>a</sup> Subchefia, o contróle do movimento escolar, tendo a seu cargo os estabelecimentos do ensino pré-

primário, primário e supletivo do Estado, excluídos os da Capital:

1) estudar e organizar e distribuição das classes (boletins H e P);

2) estudar o movimento escolar (boletim M), fazer a apreciação do relatório dos inspetores técnicos regionais (boletim I), e, findo o ano letivo, a apreciação do trabalho dos estabelecimentos do ensino, quanto à sua eficiência;

3) sugerir medidas tendentes à correção das falhas observadas no tocante à inspecção e orientação do ensino;

4) apresentar relatório bienal sobre o movimento escolar em cada circunscrição;

5) organizar, mensalmente, com a devida antecedência, a matéria informativa do movimento escolar e das principais realizações da vida educativa do Estado, destinada à divulgação;

IV — A 3.<sup>a</sup> Subchefia terá a seu cargo:

1) o contróle do movimento escolar dos estabelecimentos de ensino pré-primário, primário, supletivo e especializado da Capital;

2) o estudo e experimentação de processos e métodos de ensino, organização escolar e prática pedagógica em geral, no sentido de aumentar o rendimento quantitativo e qualitativo da escola;

3) a elaboração, para uso dos estabelecimentos, de sistemas práticos de organização de matrícula, presença de alunos, caderno de plano de lições e escrituração escolar em geral;

4) a elaboração de instruções, para organização das classes, com bases científico-pedagógicas, tendo em vista o meio em que devem as instruções ser postas em execução;

5) a elaboração de testes de vários tipos para organização de classes de alunos principiantes e para contróle de promoções, em substituição aos exames, nos estabelecimentos em que tal substituição fôr aconselhável, a juízo do Superintendente;

6) o estudo dos resultados de testes e exames para verificação das causas negativas a serem eliminadas na elaboração de novos testes do mesmo tipo;

7) as pesquisas relativas ao desenvolvimento da criança mineira, sob o ponto de vista mental, bio-tipológico e escolar;

8) o exame e a crítica de livros de informação, de livros didáticos, de literatura pedagógica, de literatura infantil, de literatura para adolescentes ou destinados às bibliotecas escolares, bem como o exame de revistas, jornais e publicações para a infância e a adolescência;

9) a seleção de livros, material e aparelhamento escolar em geral, indicando o que julgar mais eficiente e prática a ser adotado pela Administração;

10) a observação e o estudo sistematizado e documentado do movimento escolar nos diversos estabelecimentos de ensino da Capital (pré-primário, primário, profissional, normal, especializado, através dos relatórios dos inspetores técnicos e, se necessário, através de ensaios experimentais diretos, de modo a poder sugerir à Administração medidas que objetivem organização mais eficiente, técnica mais perfeita e rendimento maior do ensino;

11) a elaboração de instruções e recomendações — visando às necessidades do ensino e ao espírito de permanente assistência que o D. E., deve aos diversos educandários do Estado;

12) a cooperação com a Subchefia de propaganda e difusão cultural no sentido de selecionar matéria de interesse pedagógico destinado à divulgação;

13) a organização mensal, com a devida antecedência, de matéria informativa do movimento escolar e das principais realizações na vida educativa do Estado, destinada à divulgação.

#### *Da Secção Administrativa*

A Secção Administrativa do Departamento de Educação terá a seu cargo:

- a) o expediente administrativo do D. E.;
- b) coleccionar e fichar a legislação atinente ao ensino;
- c) a organização do fichário dos inspetores técnicos regionais do ensino;
- d) o registro dos atos de nomeação, abono de família, licenças, transferências, designações, aposentadorias, exonerações, dispensas e outros fatos relacionados com o sinspetores técnicos regionais;
- e) o exame, para efeito de pagamento de vencimentos, diárias e ajuda de custo, dos relatórios sinopses, dos relatórios de visita aos estabelecimentos de ensino, e da apreciação do trabalho nos mesmos estabelecimentos feita pelos inspetores técnicos regionais;
- f) o exame dos relatórios de sindicancia para efeito de providenciar o pagamento das diárias a que têm direito os inspetores técnicos regionais.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 1946. — (a) *Olinto Orsini de Castro*.

. . .

#### **Aviso aos Professores e Assinantes**

Prevenimos aos srs. professores e assinantes que a "Revista do Ensino" não é distribuída pela Imprensa Oficial, mas, sim, pela Secretaria da Educação, para onde a nossa correspondência deve ser dirigida.

## Legislação Federal

### LEI ORGANICA DO ENSINO NORMAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 155. DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, RELATIVA À LEI ORGÂNICA DO ENSINO NORMAL (\*)

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1945.

Sr. Presidente da República:

A coordenação dos serviços do ensino primário, em todo o país, por uma lei orgânica, cujo projeto já foi apresentado a V. Excia, exige como natural consequência, igual coordenação do ensino normal, que provê à formação do pessoal docente daquele grau de ensino.

Foi assim sentido o problema, desde o Ato Adicional de 1834, que entregou, a um tempo, à decisão das assembleias provinciais, tanto a organização de uma, como a de outra dessas modalidades de ensino. Foi assim encarado o assunto em sucessivos projetos, no parlamento do Império, entre os quais o que apresentou Rui Barbosa, em 1882, como relator da Comissão de Instrução Pública, na Câmara dos Deputados. Foi assim considerado, em debates nas câmaras da República, e nos trabalhos da Conferência Interestadual de Ensino Primário, reunida em 1922.

O mesmo ponto de vista adotou o Conselho Nacional de Educação, ao redigir o anteprojecto do Plano Nacional de Educação, em 1937, e também, por último, a Comissão Nacional de Ensino Primário, instituída neste Ministério, no ano de 1933.

(\*) Publicada no Diário da União de 14 de Janeiro de 1946.

Em setembro desse ano, apresentou a referida Comissão um estudo preliminar para a lei orgânica, que se fazia, e se faz necessária, o qual foi mandado publicar, pouco depois, para sugestões.

Da coordenação dos elementos de estudo incumbiu-se o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o qual, conjuntamente com o levantamento da situação do ensino primário, em todo o país, procedeu a cuidadoso inquérito sobre a situação do ensino normal, depois editado numa série de vinte boletins, cada um dos quais referentes a um Estado.

Esse trabalho, como também outros, de análise estatística sobre o desenvolvimento do ensino primário e do ensino normal, nas diferentes regiões do país, permitiu a este Ministério elemento de estudo objetivo do importante assunto, e em consequência do qual se veio a redigir o projeto que agora tenho a honra de submeter a V. Excia.

Dois níveis são julgados necessários na formação do pessoal docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existentes entre as várias regiões do país, e ainda dentro dessas regiões, em zonas claramente determinadas, por essas mesmas condições. O primeiro desses níveis corresponde ao ciclo inicial dos cursos de segundo grau, em quatro anos de estudos, e habilitará regentes de ensino primário; o outro, correspondente ao segundo ciclo desse mesmo grau, e a fazer-se em três anos, após a conclusão do primeiro, formará professores primários.

O projeto adota essa estrutura, que é a de todas as demais leis orgânicas de ensino do mesmo grau, e, muito acertadamente, acredito, pois não manterá o isolamento do ensino normal, em relação ao plano geral de estudos do país, como até agora vinha ocorrendo.

Neste particular, deve ser observado que, havendo sentido o problema dessa diferenciação necessária na preparação do magistério, alguns educadores têm propugnado pelo estabelecimento de "escolas normais rurais". O projeto não repudia essa maneira de ver, antes a amplia, admitindo o estabelecimento de "cursos normais regionais", de estrutura



fixável segundo as zonas a que devam servir, e que poderão ser tanto de sentido nitidamente agrícola, como de economia extrativa ou ainda de atividades peculiares às zonas do litoral. Foi essa também uma das conclusões do recente IX Congresso Brasileiro de Educação, reunido nesta Capital, pela Associação Brasileira de Educação.

Quanto aos estudos do segundo ciclo, adota o projeto um curso de três anos, que é o já existente em várias das unidades federadas, permitindo, no entanto, que ele também possa ser feito em dois anos de estudos intensivos, como é do esquema até agora seguido por muitas outras unidades.

Para um e outro desses cursos, estabelece-se o currículo mínimo e conveniente seriação de disciplinas, admitindo-se no entanto, maior enriquecimento dos estudos, onde isso seja possível. Todas as demais normas de organização estão baseadas em igual princípio de flexibilidade, a fim de que, sem quebra de coordenação nacional necessária, possa ter o ensino normal nos seus vários tipos estaduais tôdas as possibilidades de constante aperfeiçoamento.

Insiste o projeto, em vários de seus dispositivos, pelo planejamento do ensino normal, a fim de que, no devido tempo e onde quer que se faça necessário, haja elementos docentes devidamente habilitados. Neste ponto, caberá a este Ministério, por seus órgãos técnicos, a coordenação das pesquisas a emprender, e que se farão com a cooperação dos Estados. Não será lógico, na verdade, que nenhum plano se já obedecido, como até agora tem ocorrido, com graves danos para o ensino. Enquanto alguns Estados formam professores primários em número muito acima de suas necessidades, outros não têm logrado a sua habilitação em quantidade suficiente, o que os tem levado a empregar mestres leigos, em alta percentagem.

Outro ponto de especial importância aborda o projeto e, é o que se refere à formação de professores especializados e de administradores para as escolas primárias. A experiência, já por vários anos realizada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, com os seus cursos de aperfeiçoamento

em administração escolar, para diretores e inspetores comissionados por numerosos Estados, evidencia a absoluta necessidade de formação regular desses elementos, afim de que o ensino possa ganhar mais eficiente organização e maior sentido social. Esses cursos só deverão ser ministrados, no entanto, em estabelecimentos para isso devidamente aparelhados, e que serão os que a lei, mantendo a denominação já instituída, há mais de um decênio, chama de "institutos de educação".

Diversas medidas de caráter auxiliar contém ainda o projeto, como as do ensino normal com mandato outorgado pelos Estados, o estabelecimento de bôlsas escolares para estudantes de ensino normal, e a subvenção a instituições particulares, que mantenham cursos de formação de professores. Com elas, visa-se facilitar a preparação do pessoal docente necessários em muitas das regiões do país, onde a taxa de regentes leigos, mesmo nas escolas públicas, ascende a 50%.

Cabendo a este Ministério a coordenação geral do ensino normal, ficam, no entanto, os Estados, segundo estabelece o projeto, com plena autonomia para a administração direta de seus estabelecimentos e fiscalização daquêles a que outorgarem mandato de ensino normal. Concilia-se assim, o princípio de organização geral, uniforme para todo o país, o que tornará possível a validade nacional dos certificados e diplomas, com o de conveniente descentralização administrativa, já, aliás, tradicional, nessa modalidade de ensino.

Considerados os elementos de estudo objetivo, que se tiverem à mão, para a redação final do projeto, e a conciliação dos princípios administrativos, a que se fez alusão, julgo que o projeto que agora tenho a honra de apresentar a V. Excia., atende às necessidades fundamentais de boa administração, e virá proporcionar condições para desenvolvimento da rede de institutos de formação do professorado primário bem como outras, tendentes ao aprimoramento da educação popular em todo o território nacional.

Apresento a V. Excia. os protestos do meu profundo respeito. — *Raul Leitão da Cunha.*"

DECRETO-LEI N.º 8.530 — DE 2 DE JANEIRO DE 1946 (\*)

*Expede a Lei Orgânica do Ensino Normal*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte

LEI ORGANICA DO ENSINO NORMAL

TÍTULO I

DAS BASES DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NORMAL

CAPÍTULO I

*Das finalidades do ensino normal*

Art. 1.º O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias.
2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas.
3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

CAPÍTULO II

*Dos ciclos do ensino normal e de seus cursos*

Art. 2.º O ensino normal será ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos.

(\*) Pelo Decreto-lei n.º 8586, de 8-1-946, os Estados, os Territórios e o Distrito Federal deverão adaptar, até 31 de agosto do corrente ano, seus respectivos sistemas de ensino normal aos princípios e normas que este Decreto-lei estabelece.

Art 3.º Compreenderá ainda o ensino normal cursos de especialização para professores primários, e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário.

CAPÍTULO III

*Dos tipos de estabelecimentos de ensino normal*

Art 4.º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1.º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2.º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginasial do ensino secundário.

§ 3.º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário.

§ 4.º Os estabelecimentos de ensino normal não poderão adotar outra denominação senão as indicadas no artigo anterior, na conformidade dos cursos que ministrarem.

Parágrafo único — É vedado a outros estabelecimentos de ensino o uso de tais denominações bem como o de nomes que incluam as expressões normal, pedagógico e de educação.

CAPÍTULO IV

*Da ligação do ensino normal com outras modalidades de ensino*

Art. 6.º O ensino normal manterá pela seguinte forma ligação com as outras modalidades de ensino:

1. O curso de regentes de ensino estará articulado com o curso primário.

2. O curso de formação geral de professores primários, com o curso ginásial.

3. Aos alunos que concluírem o segundo ciclo normal será assegurado o direito de ingresso em cursos da faculdade de filosofia, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula.

## TÍTULO II

### DA ESTRUTURA DO ENSINO NORMAL

#### CAPÍTULO I

##### *Do curso de regentes de ensino primário*

Art. 7.º O curso de regentes de ensino primário se fará em quatro séries anuais, compreendendo, no mínimo, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia geral. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e economia doméstica. 8) Educação física.

Segunda série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia do Brasil. 4) Ciências naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física.

Terceira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) História geral. 4) Noções de anatomia e fisiologia humanas. 5) Desenho. 6) Canto orfeônico. 7) Trabalhos manuais e atividades econômicas da região. 8) Educação física, recreação e jogos.

Quarta série: 1) Português. 2) História do Brasil. 3) Noções de Higiene. 4) Psicologia e pedagogia. 5) Didática e prática de ensino. 6) Desenho. 7) Canto orfeônico. 8) Educação física, recreação e jogos.

§ 1.º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que

conduzam os alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e da organização do trabalho na região.

§ 2.º O curso normal regional, que funcionar em zonas de colonização, dará, ainda, nas duas últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicações sobre o seu modo de vida, costumes e tradições.

## CAPÍTULO II

##### *Do curso de formação de professores primários*

Art. 8.º O curso de formação de professores primários se fará em três séries anuais, compreendendo, pelo menos, as seguintes disciplinas:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos.

Segunda série: 1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos.

Terceira série: 1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Prática de ensino. 9) Educação física recreação e jogos.

Art. 9.º Será também permitido o funcionamento do curso de que trata o artigo anterior, em dois anos de estudos intensivos, com as seguintes disciplinas, no mínimo:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática 3) Biologia educacional (noções de anatomia e fisiologia humanas e higiene.) 4) Psicologia educacional (noções de psicologia da criança e fundamentos psicológicos da educação). 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Educação física, recreação e jogos.

Segunda série: 1) Psicologia educacional. 2) Fundamentos sociais da educação. 3) Puericultura e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino Primário. 5) Prática de ensino. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto. 8) Educação física, recreação e jogos.

### CAPITULO III

#### *Dos cursos de especialização e de administração escolar*

Art. 10. Os cursos de especialização de ensino normal compreenderão os seguintes ramos: educação pré-primária; didática especial do curso complementar primário; didática especial do ensino supletivo; didática especial de desenho e artes aplicadas; didática especial de música e canto.

Art. 11. Os cursos de administradores escolares de grau primário visarão habilitar diretores de escolas, orientadores de ensino, inspetores escolares, auxiliares estatísticos e encarregados de provas e medidas escolares.

Art. 12. A constituição dos cursos de especialização de magistério e os de administradores escolares será definida em regulamento.

### CAPITULO IV

#### *Dos programas e da orientação geral do ensino*

Art. 13. Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, e se comporão segundo as bases e a orientação metodológica que o Ministro da Educação e Saúde expedir.

Art. 14. Atender-se-á na composição e na execução dos programas aos seguintes pontos:

- a) adoção de processos pedagógicos ativos;
- b) a educação moral e cívica não deverá constar de programa específico, mas resultará do espírito e da execução de todo o ensino;

c) nas aulas de metodologia deverá ser feita a explicação sistemática dos programas de ensino primário, seus objetivos, articulação da matéria, indicação dos processos e formas de ensino, e ainda a revisão do conteúdo desses programas, quando necessário;

d) a prática de ensino será feita em exercícios de observação e de participação real no trabalho docente, de tal modo que nela se integrem os conhecimentos teóricos e técnicos de todo o curso;

e) as aulas de desenho e artes aplicadas, música e canto, e educação física, recreação e jogos, na última série de cada curso compreenderão a orientação metodológica de cada uma dessas disciplinas, no grau primário.

Art. 15. O ensino religioso poderá ser contemplado como disciplina dos cursos de primeiro e segundo ciclos do ensino normal, não podendo constituir, porém, objeto de obrigação de mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos.

### TITULO III

#### DA VIDA ESCOLAR

### CAPITULO I

#### *Dos trabalhos escolares*

Art. 16. Os trabalhos escolares constarão de eleições, exercícios e exames.

Parágrafo único. Integrarão a vida escolar trabalhos complementares.

### CAPITULO II

#### *Do ano escolar*

Art. 17. O ano escolar dividir-se-á em dois períodos letivos e em dois períodos de férias a saber:

a) período letivo de 15 de março a 15 de junho, e de 1 de julho a 15 de dezembro;

b) períodos de férias de 16 de dezembro a 14 de março e de 16 a 30 de junho.

§ 1.º. Haverá trabalhos escolares diariamente exceto aos domingos e dias festivos.

§ 2.º. Poderão realizar-se exames no decurso das férias.

### CAPITULO III

#### *Dos alunos e da admissão aos cursos*

Art. 18. Os alunos dos estabelecimentos de ensino normal serão sempre de matrícula regular, não se admitindo alunos ouvintes.

Art. 19. Nos estabelecimentos que admitirem alunos de um e outro sexos, as classes poderão ser especiais para cada grupo ou mistas.

Art. 20. Para admissão ao curso de qualquer dos ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições:

- a) qualidade de brasileiro;
- b) sanidade física e mental;
- c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da fundação docente;
- d) bom comportamento social;
- e) habilitação nos exames de admissão.

Art. 21. Para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos; para inscrição aos de segundo ciclo, certificado de conclusão de primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial e idade mínima de quinze anos.

Parágrafo único. Não serão admitidos em qualquer dos dois cursos candidatos maiores de vinte e cinco anos.

Art. 22. Os candidatos à matrícula em cursos de especialização de magistério primário deverão apresentar dipl-

ma de conclusão do curso de segundo ciclo e prova de exercício do magistério primário por dois anos no mínimo; os candidatos à matrícula em cursos de administradores escolares, ou funções auxiliares de administração, deverão apresentar igual diploma, e prova do exercício do magistério por três anos no mínimo.

### CAPITULO IV

#### *Da matrícula e da transferência*

Art. 23. A matrícula far-se-á de 1 a 10 de março, e sua concessão dependerá, quanto à primeira série, de ter o candidato satisfeito as condições de admissão; quanto às demais, de ter ele conseguido habilitação no ano anterior.

Art. 24. É permitida a transferência de um para outro estabelecimento de ensino normal, em cursos do mesmo ciclo.

Parágrafo único. A regulamentação poderá dispor sobre os exames de seleção, entre candidatos à transferência, quando seu número exceda ao de vagas.

### CAPITULO V

#### *Da limitação e distribuição do tempo dos trabalhos em classe*

Art. 25. Os trabalhos em classe não excederão de vinte e oito horas semanais, em qualquer dos dois ciclos do ensino normal.

Parágrafo único. A distribuição semanal dos trabalhos será fixada pela direção de cada estabelecimento, antes do início do período letivo, observadas as determinações dos programas quanto ao número de aulas de cada disciplina.

### CAPITULO VI

#### *Das aulas, exercícios e trabalhos complementares*

Art. 26. As lições e exercícios são de frequência obrigatória, e, bem assim, os trabalhos complementares definidos em regulamento.

Art. 27. Estabelecer-se-á nas aulas, entre o professor e os alunos, regime de ativa e constante colaboração.

§ 1.º O professor terá em mira que a preparação para o magistério exige sempre capacidade para trabalho em co-ope-ção, espirito de auto-crítica e de compreensão humana, pelo que se esforçará em assim orientar o seu ensino.

§ 2.º Os alunos deverão ser conduzidos não apenas à aquisição de conhecimentos discursivos, mas à realização das técnicas de trabalho intelectual mais recomendáveis a futuros docentes.

Art. 28. Os programas deverão ser executados na íntegra, de conformidade com as diretrizes que fixarem.

Art. 29. Como trabalhos complementares os estabelecimentos de ensino normal deverão promover entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições para-escolares, destinadas a criar, em regime de autonomia, condições favoráveis à formação dos sentimentos de sociabilidade e do estudo em cooperação. Merecerão especial cuidado as instituições que tenham por objetivo despertar entre os escolares o interesse pelos problemas nacionais.

## CAPÍTULO VII

### *Da habilitação dos alunos*

Art. 30. A habilitação dos alunos, para a promoção à série imediata, ou conclusão de curso, dependerá, em cada disciplina, de uma nota anual de exercícios, da nota obtida em prova parcial e das notas do exame final.

Parágrafo único — As notas serão expressas em escala de zero a cem.

Art. 31. A partir de abril e excetuados os meses em que se realizem provas escritas, será dada, em cada disciplina, e a cada aluno pelo respectivo professor, uma nota resultante da avaliação de seu aproveitamento. A média aritmética dessas notas mensais será a nota anual de exercícios.

Art. 32. Haverá, na primeira quinzena de junho, para todas as disciplinas, prova parcial, escrita, ou prática, que

versará sobre toda a matéria ensinada até uma semana antes de sua realização; e ao fim do ano letivo, exames finais que constarão de prova escrita e de prova oral, ou de prova escrita e de prova prática.

Parágrafo único — As provas escritas dos exames finais serão realizadas na segunda quinzena de novembro, e as provas orais e práticas no mês de dezembro.

Art. 33. Será habilitado nos trabalhos do ano, o aluno que obtiver nota final cinqüenta, pelo menos, em cada disciplina.

§ 1.º A nota final resultará da média aritmética da nota anual de exercícios, da obtida na prova parcial e das obtidas nas duas provas do exame final.

§ 2.º Será facultada segunda chamada para qualquer das provas, nas condições que o regulamento admitir.

Art. 34. Aos alunos que não tiverem obtido habilitação em uma ou duas disciplinas, será assegurado o direito de realizarem exames finais em segunda época, os quais se farão na primeira quinzena de março.

Parágrafo único. Nessa hipótese, o cômputo de habilitação se fará pela mesma forma indicada no art. 33, substituindo-se, apenas, os resultados das provas de primeira época pelas de segunda.

Art. 35. Não poderão prestar exames finais os alunos que houverem faltado a vinte e cinco por cento das aulas e exercícios, ou dos trabalhos complementares, quando de caráter obrigatório.

## CAPÍTULO VIII

### *Dos certificados e diplomas*

Art. 36. Aos alunos que concluírem o curso de primeiro ciclo de ensino normal será expedido o certificado de regente de ensino primário; aos que concluírem o curso de segundo ciclo dar-se-á o diploma de professor primário.

Art. 37. Aos habilitados em cursos de especialização, ou de administração escolar, serão expedidos os competentes certificados.

Parágrafo único. Dos certificados e diplomas de ensino normal constarão sempre indicações claras sobre a natureza do curso, sua duração, disciplinas componentes e notas contidas.

#### TITULO IV

##### DA ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NORMAL

#### CAPITULO I

##### *Da administração*

Art. 38. Não poderá funcionar no país estabelecimento de ensino normal que desatenda aos princípios e preceitos desta lei.

Parágrafo único. Não poderá igualmente funcionar o estabelecimento que desatenda à legislação complementar, ou a regulamentação, expedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, relativamente ao ensino normal em seus respectivos territórios.

Art. 39. Os poderes públicos federais e estaduais desenvolvem desenvolver a rede de estabelecimentos de ensino normal, mediante conveniente planejamento, a fim de que, no devido tempo e onde se torne necessário, haja em número e qualidade os docentes reclamados pela expansão dos serviços de ensino primário.

#### CAPITULO II

##### *Do ensino normal mediante mandato*

Art. 40. Onde torne conveniente, poderão os Estados outorgar mandato a estabelecimentos municipais, ou particulares de ensino, para que ministrem cursos de ensino nor-

mal, do primeiro ou do segundo ciclo e que serão, assim, oficialmente reconhecidos.

Art. 41. A outorga de mandato será deferida em cada Estado, segundo a regulamentação que for expedida, mas dependerá sempre de confirmação do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 42. Os estabelecimentos, municipais ou particulares, que desejarem outorga de mandato de ensino normal, deverão satisfazer às seguintes exigências mínimas:

- a) prédio e instalações didáticas adequadas;
- b) organização de ensino nos termos do presente decreto-lei;
- c) corpo docente com a necessária idoneidade moral e técnica;
- d) ensino de português, geografia e história do Brasil, entregue a brasileiros natos;
- e) manutenção de um professor fiscal no estabelecimento designado pela autoridade de ensino competente;
- f) existência de escola primária anexa, para a demonstração e prática de ensino.

Parágrafo único. Não poderá ser concedido mandato para curso de segundo ciclo do ensino normal, senão a estabelecimento que já possua ginásio oficialmente reconhecido.

Art. 43. O mandato será suspenso ou cassado pela autoridade que a houver concedido, sempre que o estabelecimento de ensino normal deixe de preencher as condições de idoneidade ou eficiência de ensino indispensáveis.

Art. 44. Os estabelecimentos de ensino normal subordinados à administração dos Territórios não poderão funcionar válidamente sem prévia autorização do Ministério da Educação e Saúde.

#### CAPITULO III

##### *Da organização escolar*

Art. 45. A organização interna e demais condições de funcionamento dos estabelecimentos de ensino normal serão

definidas, para cada unidade federada, na conformidade da legislação complementar e regulamento que, sobre a matéria, forem expedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

§ 1.º A legislação de cada Estado deverá definir o caráter especializado dos cursos normais regionais, segundo as condições de vida social e econômica das diferentes zonas de seu território, podendo igualmente limitar o funcionamento desses cursos a algumas delas, ou a uma só e determinada zona.

§ 2.º Não funcionarão no Distrito Federal cursos de primeiro ciclo de ensino normal.

Art. 46. A legislação de cada unidade federal poderá acrescentar disciplinas à seriação indicada nos artigos 7.º, 8.º e 9.º ou desdobrá-las, para maior eficiência do ensino.

#### CAPÍTULO IV

*Das escolas anexas aos estabelecimentos de ensino normal*

Art. 47. Todos os estabelecimentos de ensino normal manterão escolas primárias anexas para demonstração e prática de ensino.

§ 1.º Cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas.

§ 2.º Cada escola normal manterá um grupo escolar.

§ 3.º Cada instituto de educação manterá um grupo escolar e um jardim de infância.

Art. 48. Além das escolas primárias referidas no artigo anterior, cada escola normal e cada instituto de educação deverá manter um ginásio, sob regime de reconhecimento oficial.

#### CAPÍTULO V

*Das professores de ensino normal*

Art. 49. A constituição do corpo docente em cada estabelecimento de ensino normal, far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores do ensino normal receber conveniente formação, em cursos apropriados, em regra de ensino superior.

2. O provimento, em caráter efetivo dos professores dependerá da prestação de concurso.

3. Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino normal exigir-se-á inscrição em competente registro do Ministério da Educação e Saúde.

4. Aos professores do ensino normal será assegurada remuneração condigna.

#### TÍTULO V

##### DAS MEDIDAS AUXILIARES

Art. 50. Os poderes públicos tomarão medidas que tenham por objetivo acentuar a gratuidade do ensino normal e bem assim, para a instituição de bolsas, destinadas a estudantes de zonas que mais necessitem de professores primários.

Parágrafo único. A concessão das bolsas se fará com o compromisso da parte do beneficiário de exercer o magistério nessas zonas, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 51. A União, os Estados e os Municípios, poderão subvencionar estabelecimentos particulares de ensino normal, sob mandato, sempre que funcionem em zonas onde não haja ensino normal oficial.

Art. 52. Os estabelecimentos de ensino normal deverão constituir-se como centros de cultura escolar e extra-escolar da zona em que funcionem, esforçando-se sempre por desenvolver ação conjunta em prol da dignificação da carreira do professor primário.

Art. 53. Nenhuma taxa recairá sobre os alunos nos estabelecimentos de ensino normal.



## TÍTULO VI

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 54. Não poderão receber auxílio à conta do Fundo Nacional de Ensino Primário, as unidades federadas que não providenciarem nos termos do presente decreto-lei, quanto ao planejamento e desenvolvimento da rede de ensino normal, que lhes caberá manter, a fim de que a expansão de seu sistema escolar primário não venha a ser prejudicada por escassez de pessoal docente devidamente habilitado.

Parágrafo único. Para os efeitos do que se dispõe neste artigo, os órgãos de administração do ensino normal em cada unidade federada se articularão com os órgãos próprios do Ministério da Educação e Saúde, aos quais farão enviar a legislação existente e a legislação que lhe fôr acrescida, bem como, até 30 de março de cada ano, sucinto relatório sobre as atividades do ensino normal no ano anterior.

Art. 55. Atendidas a diferenciação do nível de formação e as normas que disciplinarem a investidura e a carreira do magistério, em cada unidade federada, os diplomas de professor primário, expedidos na conformidade do presente decreto-lei, terão validade em todo o território nacional.

Parágrafo único. A regulamentação que fôr baixada pelos Estados e pelo Distrito Federal assegurará, porém em igualdade de condições, preferência aos diplomados em cada uma dessas unidades, respectivamente.

Art. 56. Os certificados de professores especializados de ensino primário e de administradores escolares terão a validade que lhes outorgar a regulamentação de cada unidade federada.

Art. 57. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

JOSÉ LINHARES  
Raul Leitão da Cunha  
A. de Sampaio Dória

Publicado no Diário Oficial da União de 4 de janeiro de 1946.

Origem: \_\_\_\_\_

Doação

# ABREU

CANETAS - CONSERTOS - GRAVAÇÕES

ATENDE PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO

AV. AFONSO PENA, 568 — FONE 2-0782 — BELO HORIZONTE

## Um livro encantador!

Editado pela Livraria Francisco Alves, foi pôsto à venda o livro "NOSSAS LENDAS", de Nair Starling.

### "NOSSAS LENDAS",

escrito por uma notável educadora mineira, é uma obra para grandes e pequenos: para professores e, especialmente, para alunos da 4.ª série primária.

Preço de exemplar cartonado e ilustrado — Cr\$ 10,00

À venda em tôdas as boas livrarias